



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Moeda Social, uma alternativa

Catarina Sofia Reis da Costa Rodrigues

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa)

Novembro, 2020



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Moeda Social, uma alternativa

Catarina Sofia Reis da Costa Rodrigues

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa)

Novembro, 2020

Agradecimento

Gostaria de agradecer à minha família, em especial à minha avó por todo o suporte.

Aos meus amigos e principalmente ao meu namorado pelo apoio essencial.

Aos professores do ISCTE com os quais tive o privilégio de aprender ao longo dos anos da licenciatura e mestrado.

Ao meu orientador, em especial à minha coorientadora e colega de trabalho pelas indicações e sugestões fundamentais para a realização desta dissertação.

Resumo

O atual contexto de Pandemia COVID-19 leva-nos a refletir sobre soluções para colmatar a crise económica e solidária que se vive e que continuará a fazer parte da nossa realidade durante os próximos tempos. É fundamental preparar o futuro e cuidar do presente, para promover o bem-estar da população.

Esta dissertação tem como objetivo demonstrar que a Moeda Social pode ser uma alternativa à exclusividade da moeda de mercado, valorizando desta forma a componente social e solidária da economia, contrariamente à obtenção de lucro característica da Economia de Mercado, combatendo desta forma as desigualdades sociais e atenuando o impacto da crise financeira e económica.

Através do exemplo da Associação CLIP- Recursos e Desenvolvimento, com a moeda social “clip” procurou-se, neste estudo de caso, que os associados da associação respondessem a um inquérito onde estavam espelhadas questões que podem ser um bom ponto de partida para um debate sobre a aplicação prática das moedas sociais como complementares às de mercado, como uma solução para reduzir o impacto económico e social em tempos de crise.

Palavras-chave: Economia Social, Moeda Social, Alternativas, COVID-19

Abstract

The current context of the COVID-19 pandemic leads us to reflect on how we can overcome the economic, social and solidary crisis that we are experiencing, and will most definitely continue to face in the years ahead. That being so it is essential to prepare for the future and care about the present, along with promoting the well-being of the population.

This dissertation seeks to demonstrate that the Social Currency can be a valid alternative to the exclusivity of the market currency, contributing to boost the value of the social and solidarity component of the economy. This notion develops in opposition to the Market Economy, which prioritizes profit-making, and contributes to help fight social disparities, as well as mitigate the impact of the financial and economic crisis.

Using CLIP- Recursos e Desenvolvimento as an example for the case study, with their social currency "clip", it was asked that the members of the association participated in a survey that reflected questions, that can be a good starting point for a debate on the practical application of social currencies as complementary to the market ones, and as a solution to reduce the economic and social impact in times of crisis.

Keywords: Social Economy, Social Currency, Alternatives, COVID-19

Índice

| | |
|---|-----|
| Agradecimento..... | iii |
| Resumo..... | v |
| Abstract..... | vii |
| Capítulo 1. Introdução | 11 |
| 1.1. Relevância e justificação do tema | 11 |
| 1.2. Objetivos, questão de partida e metodologia | 12 |
| Capítulo 2. Economia Social | 13 |
| 2.1. História | 13 |
| 2.1.1. Economia Social em Portugal..... | 15 |
| 2.1.2. Legislação..... | 17 |
| 2.2. Conceito..... | 18 |
| Capítulo 3. Moeda Social..... | 23 |
| 3.1. História e conceito | 23 |
| 3.2 Experiências internacionais | 25 |
| 3.3. Experiências nacionais..... | 26 |
| Capítulo 4. Associação CLIP- Recursos e Desenvolvimento | 31 |
| 4.1. Missão, valores e atuação | 31 |
| 4.2. Plataforma de Partilha de Recursos | 31 |
| Capítulo 5. Estudo Caso..... | 33 |
| 5.1. Metodologia..... | 33 |
| 5.2. Análise de dados | 34 |
| 5.3 Conclusões da análise de dados..... | 47 |
| Conclusões..... | 49 |
| Referências Bibliográficas | 53 |
| Anexo A | 57 |

CAPÍTULO 1

Introdução

A presente dissertação está inserida no âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária, abordando a temática da moeda social, como uma alternativa à exclusividade da economia de mercado, que se pode tornar mais importante tendo em conta o contexto atual de Pandemia Covid19.

A partir da relação dos conceitos de economia social e solidária, é criado o contexto necessário para apresentação de um estudo de caso, realizado aos associados da Associação CLIPrd, uma associação que utiliza a moeda social como recurso.

Sendo assim, o trabalho encontra-se dividido num total de 6 capítulos: 1) introdução, onde é feita uma breve introdução ao tema, explicando a importância do mesmo em várias vertentes, onde, além disso, expõe-se os objetivos e a questão de partida da dissertação; 2) economia social, onde primeiramente é exposta a história do conceito, dando um especial enfoque ao assunto concretamente em Portugal e à legislação, seguindo-se uma abordagem ao conceito segundo vários autores; 3) moeda social - este capítulo está focado no conceito e história da moeda social, com exemplos concretos nas vertentes nacional e internacional; 4) Associação CLIPrd - aqui é onde surge a descrição daquilo que é a Associação e da Plataforma de Partilha de Recursos; 5) estudo de caso - este capítulo está focado na explicação da metodologia usada, na análise dos dados recolhidos e nas conclusões dessa mesma análise; por último o capítulo 6 é dedicado às conclusões da dissertação. Inclui-se ainda o resumo, a bibliografia e os anexos.

1.1. Relevância e justificação do tema

A temática das moedas sociais como alternativa ganha especial importância em contexto de crise, como é o exemplo da crise que se vive agora relacionada com a Pandemia COVID-19.

Neste sentido, é relevante para a sociedade civil, na medida em que permite que a mesma identifique esta alternativa como uma solução, e para que compreenda como funcionam os mecanismos da moeda social e de que formas as comunidades podem sair beneficiadas com a sua utilização.

Em termos científicos, considera-se este tema relevante, na medida em que será possivelmente das primeiras investigações que relaciona a moeda social e a pandemia COVID-19, em Portugal, também por este último ser um tema que abalou o mundo recentemente. Tendo isto em conta, como já foi referido, este trabalho pode eventualmente ajudar na reflexão sobre um novo caminho para a

moeda social como um apoio complementar que diminua os impactos da crise económica e social. Evidencia-se aqui também a importância socioeconómica do tema.

Quanto à utilidade política, a abordagem deste assunto pode ser considerada importante, na medida em que, se houver mais estudos sobre o tema da dissertação, será possível uma reflexão sobre as políticas públicas a aplicar, que de alguma forma facilitem o surgimento e fortalecimento das moedas sociais.

A razão pela qual a aluna escolheu este tema prende-se com o facto de considerar o mesmo bastante importante, tendo em conta o panorama que se vive atualmente, além disso sempre teve interesse na temática da moeda social, pessoalmente considerando que esta é uma dinâmica local que deveria ser usada mais frequentemente e numa escala maior.

1.2. Objetivos, questão de partida e metodologia

O objetivo desta dissertação é fazer a análise da relação entre a economia social e as moedas sociais, focando no exemplo da moeda social “clip”, em momentos de crise, em específico com o momento de pandemia.

Partindo da questão “As moedas sociais podem ser uma alternativa válida que complementa a economia de mercado?” procura-se demonstrar ao longo da dissertação que isto é uma possibilidade.

A metodologia escolhida passou pela aplicação de um questionário aos associados da Associação CLIPrd, a partir do qual se procurou compreender se os inquiridos têm noção do que são moedas sociais, se já utilizaram a moeda social “clip”, de que forma consideram importante esta alternativa e a utilização destas moedas no combate à crise económica, em especial em tempos de COVID-19.

Economia Social

1. História

A economia clássica é uma ciência que surgiu no século XVIII. Apesar da importância de outros autores que “abriram o caminho” a este acontecimento, destaca-se Adam Smith com a publicação do livro *Wealth Of Nations*, onde tornou evidente a teoria do valor “Labour, (...) is the only universal, as well as the only accurate measure of value, or the only standard by which we can compare the values of different commodities at all times, and at all places.” (Smith 2007, p 33). Depois deste autor, considerado o pai da economia clássica, surgiram muitos mais inspirados nele que acrescentaram, criticaram e desenvolveram a teoria económica sobre diferentes perspetivas, valorizando sempre o mercado e o lucro proveniente do mesmo.

Começam, no entanto, a surgir novas perspetivas que “se insurgem contra esta abordagem redutora na explicação dos fenómenos económicos” (Hespanha e Santos, 2016:28) destacando-se os movimentos marxistas que são formas de questionamento e alternativa à economia capitalista.

Uma alegoria utilizada quando se fala de economia é a da imagem de um Iceberg, na medida em que desta complexa ciência, o que se vê é “o trabalho assalariado, a produção capitalista e o mercado” (Hespanha e Santos, 2016:30), e o que está submerso, são todas as formas alternativas de trocas económicas, seja entre vizinhos, trabalho não pago e/ ou voluntariado, entre outras.

De uma ponta do Iceberg surgiu a economia social, oficialmente em França nos anos 30 do sec. XIX com Dunoyer,. Anteriormente, já tinham existido iniciativas que se poderiam enquadrar nesta forma de ver a economia. Defourny e Develtere (1997) e Demoustier (2001) localizam as origens da economia social na época egípcia, onde existiam cooperativas. Os gregos também tinham alguns hábitos neste sentido, tal como os Romanos. Note-se que não se trata de economia social em si, mas sim iniciativas que têm características da economia social.

Foi no século XI, na zona anglo-saxónica que surgiram as primeiras “guilds” (associações), com o intuito de “responded to objective needs for assistance, reciprocal support and charity in the shaky early Middle Ages” (Moulaert e Ailenei, 2005:2039). Mais tarde no século XIV surgiram as corporações.

A época medieval e as que se seguiram tiveram várias iniciativas de pendor associativo não só na Europa, mas também em outros continentes contribuindo para aquilo que mais tarde se veio a constituir como economia social.

Mas foi necessária a criação de uma alternativa a esta economia de mercado, e porquê? Uma das razões deve-se ao facto de algumas pessoas não estarem de acordo com uma economia dominada

pelos clássicos, fundamentada no capitalismo, onde o mercado é visto como a melhor forma de distribuição dos recursos, baseada na lei da oferta e da procura. Contra isto, insurgem-se pessoas que questionam o sistema, pondo em causa este paradigma, defendendo que os capitalistas não estão a ver a realidade (pobreza extrema entre outros problemas). Há, sem dúvida, uma contradição entre a economia política e aquilo que era a realidade da época, neste sentido surge a necessidade de uma nova ciência.

Segundo Moulaert e Ailenei, 2005 o século XIX, foi sem dúvida formativo e construtivo da economia social em si, caracterizando-se pelos: conceitos, experiências, cooperativas, mútuas, institucionais e de iniciativa utópica, vistas como reação às condições sociais e laborais dos indivíduos na Revolução Industrial, condições essas que propiciaram mais tarde a criação de movimentos sindicalistas, entre outros, de trabalhadores. Esta economia surge assim como: “la respuesta de los grupos sociales más indefensos y desprotegidos, mediante organizaciones de autoayuda, ante las nuevas condiciones de vida generadas por la evolución del capitalismo industrial entre los siglos XVIII y XIX. Cooperativas, sociedades de socorros mutuos y sociedades de resistencia reflejan la triple dirección por la que avanza el mencionado impulso asociativo” (Àvila e Campos, 2007:11)

Originalmente, a economia social pretendia organizar o trabalho e a previdência social, a partir da associação dos trabalhadores, por oposição à economia liberal, assente na apropriação individual do capital e exploração do trabalho de outrem.

Segundo Monzon (2009), este tipo de economia, nesta época concreta, não é ainda uma alternativa ao capitalismo, mas desenvolve um enfoque no social e na própria sociedade e não no capital, fundindo a moral das condutas individuais e a economia, segundo o modelo de Le Play.

Até à Revolução Francesa, as associações estavam sob alçada da igreja ou do estado, apesar da existência de associações clandestinas que contribuíram para a divulgação da ideia “freedom of association”. A Revolução Francesa trouxe esperança, anunciou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, contudo isto verificou-se apenas para a burguesia, que pagava pesados impostos e não tinha direito a votos, que viu a sua situação melhorada neste e outros aspetos, por isso se diz que esta revolução foi uma revolução burguesa, mas em relação à restante população a situação manteve-se.

O aparecimento do termo economia social, com um significado próximo ao que se usa atualmente, remonta ao ano de 1830, pelo francês economista Charles Dunoyer na obra *Nouveau traite d'économie sociale*-, que inspirou a obra *Traite d'économie sociale* de Aguste Ott.

A acrescentar a isto, importa sem dúvida falar do sociólogo Frédéric Le Play, que trouxe um contributo bastante significativo para aquilo que é a economia social, na medida em que no ano de 1856 fundou a “Société Internationale des Etudes Pratiques d'Économie Sociale ” e a “Revue d’

Économie Sociale, Le Play define esta economia como o estudo da situação da classe operária (Topalov, 1999).

Neste sentido, de reconhecimento desta ciência, foi graças a Charles Gide e mais tarde León Walras que o conceito de economia social ganhou reconhecimento total a nível académico e institucional. Gide definiu em 1912 a economia social como as leis naturais que governam espontaneamente as relações entre as pessoas e as coisas; é a ciência da justiça social, distinta da economia política, segundo o autor.

O contributo de Walras foi importante para o desenvolvimento da economia social, no sentido de desta ser uma ciência de promoção da justiça social. Distinguindo assim, três dimensões da análise económica: a puramente política (interesse individual, relação entre as coisas e as pessoas); a aplicada à economia (o estudo das fontes da economia e relação com as leis naturais); e a economia social (ciência de distribuição da saúde e justiça social).

Resumindo, as formas de associativismo características da economia social, existem desde o Império Egípcio e Greco-Romano, mas foi no século XIX que o conceito de economia social foi referido pela primeira vez, definiram-se os três pilares da economia social, as associações de socorro mútuo, as cooperativas e associações. Mais tarde procedeu-se ao reconhecimento institucional e académico, contribuindo isto para a formação da economia social como uma ciência.

1.1. Economia Social em Portugal

No que concerne à Economia Social em Portugal, tal como em outros países da Europa, surgiu refletida em atividades informais, destacando-se no panorama nacional o “início do funcionamento das misericórdias no século XV” (Fernandes, Graça, Sá, Santos, Azevedo, Almeida, Silva 2016:10)

Sendo difícil indicar com precisão o momento do aparecimento da Economia Social em Portugal, devido à diversidade de iniciativas, é possível afirmar que esta foi impulsionada no século XIX, através do surgimento de lógicas associativas que foram para além do assistencialismo como sindicalismo o mutualismo e o cooperativismo. Foi nesta altura que, segundo Fernandes (2016) surgiram as primeiras associações de socorros mútuos e a primeira cooperativa.

No século XX, as cooperativas ganharam destaque, mas até à Implementação da República este movimento tenha sido pautado por cooperativas de consumo. Em 1900 existiam cerca de 17 cooperativas em Portugal, mas é nos anos 20 que estas ganham dimensão e já perfazem um total de cerca de 338 “Cria-se mesmo, no virar da década, a primeira Federação Nacional das Cooperativas de Consumo” (Fernandes, 2016:16).

Com o Estado Novo surgiram barreiras que dificultaram o desenvolvimento destes movimentos de Economia Social “restringindo as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, da sua união e concentração.” (Fernandes, 2016:16).

Nos anos 60 a Igreja Católica teve um papel fundamental na previdência social, dando mais relevância ao papel na saúde, na atuação das unidades hospitalares das Misericórdias e também no desenvolvimento de atividades de cariz social. As mutualidades perderam muita força na maioria dos países e Portugal não fugiu à tendência decrescente, sendo que segundo a Fernandes (2016) em 1931 existiam 552 e em 1973 eram 160. Já as cooperativas fizeram um movimento inverso, pois cresceram ainda mais, apesar de verem a sua atividade controlada pelo regime, eram 900 na década 60-70.

O pós-revolução, foi um período bastante importante em todas as vertentes da sociedade portuguesa, a liberdade trouxe novos binóculos para observar a realidade de outra perspetiva, “no entanto, permaneceu uma grande dependência das organizações do setor da economia social em relação ao Estado, especialmente no seu financiamento e num certo monitoramento das mesmas.” (Fernandes, 2016:18). A igreja Católica continuou a ter uma grande importância, sendo o pilar de sistemas de previdência social, quanto às cooperativas, puderam desenvolver-se livremente tendo sido criado o ISNCOOP (Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo). Nesta época surgiu a União das Misericórdias e das Mutualidades, às quais se seguiu mais tarde a União das IPSS.

Na década de 90, surgiu o Centro Português de Fundações (CPF) além disso foi nesta época que surgiram plataformas distintas de diferentes áreas e organizações, sendo exemplo disso a delegação portuguesa da Rede Europeia Anti Pobreza (EPAN-Portugal), entre outras que “procuram novas respostas no combate à pobreza e à exclusão social e incidem a sua atuação sobre o desenvolvimento local.” (Fernandes, 2016:21).

Os anos 2000 marcaram um crescimento exponencial da ES, com várias iniciativas que surgiram independentes do estado e outros setores. Em 2001, surgiu a CNIS, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, substituindo a União das IPSS além disso é fundamental referir o aparecimento Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) no ano 2008.

Destacam-se agora mais alguns acontecimentos importantes desde 2000 até agora: o CNES (Conselho Nacional para a Economia Social) foi criado em 2011, um órgão consultivo presidido pelo primeiro-ministro; em 2013 foi publicada a primeira conta satélite da economia social entre o INE e a CASES (antigo ISNCOOP) e além disso foi aprovada Lei de Bases da Economia Social (LBES); já em 2014 Portugal foi o primeiro país europeu a utilizar fundos comunitários canalizados para a inovação da economia social; quanto ao ano de 2015 destaca-se o primeiro Título de Impacto Social, levado a cabo pelo Laboratório de Inovação Social; no ano de 2016 entraram em execução os Programas Operacionais do Portugal 2020 para o setor.

1.2. Legislação

A nível legislativo a ES, tem reconhecimento no documento máximo de regulação de um estado democrático republicano a Constituição da República Portuguesa (CRP), embora não apareça com a denominação de economia social, mas sim “setor cooperativo e social”, além disso as IPSS, são também mencionadas neste mesmo documento com “instâncias coadjuvantes do Estado no desempenho das suas funções sociais” (Namorado, 2017:21). Neste sentido são também referidas as mutualidades, as associações que tem relativa liberdade de constituição e atuação, sendo bastante importantes principalmente as que atua no campo da solidariedade social.

O ano de 2013 foi importante a nível legislativo porque contou com a criação da Lei Bases de Economia Social (LBES) aprovada por unanimidade pela AR, o que reflete a importância consensual política atribuída a Economia Social. Nesta lei são referidas no artigo 4º as seguintes formas de E.S (retirado da LBES): a) As cooperativas; b) As associações mutualistas; c) As misericórdias; d) As fundações; e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social. Note-se que a base de dados referida no último ponto ainda não existe, “ sua regulação determinará certamente os termos do respetivo acesso e as entidades a quem é atribuída competência para filtrar a entrada na lista das entidades mencionadas” (Namorado, 2017:22) .

A LBES (Lei Base Economia Social) , faz também referencia aos princípios orientadores (artigo 5º, retirado) : a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais; b) A adesão e participação livre e voluntária; c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada. É fundamental a existência desta lei, não só pelo reconhecimento que traz à Economia Social, como também pelas definições concretas que permitem que esta não seja confundida com outro tipo de iniciativas de cariz económico e/ou social.

Existem um conjunto de diplomas legais, que não vão ser analisados exaustivamente, destacam-se os seguintes: o Código Cooperativo, Código das Associações Mutualistas, Lei-Quadro das Fundações, CASES E CNES. Estes dois últimos são entidades do setor, muito importantes por todo o trabalho desenvolvido na área.

Segundo a Conta Satélite da Economia Social, criada no âmbito da parceria IFP e CASES, analisa-se que em 2013 a crise economia atingiu o seu pico, contudo as iniciativas de economia social aumentaram, as Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, IPSS, Fundações, Associações com fins altruísticos e o Subsector comunitário e autogestionário, registou (segundo a plataforma virtual da CASES) um aumento substancial em número de entidades, assim como do seu peso no emprego total (5,2%) e no emprego remunerado (6%) na economia nacional, além de um aumento da remuneração média por trabalhador face à média nacional, em comparação com os resultados apurados na Conta Satélite da Economia Social com dados de 2010.

2.2. Conceito

A economia social é um conceito complexo, difícil de definir em poucas palavras e apenas tendo em conta um autor, é neste sentido que se considera importante apresentar diversas perspetivas.

Gide, na sua obra “*Économie Sociale*”, 1905, afirma que: “A economia social estuda preferencialmente as relações voluntárias, contratuais, quasi-contratuais ou legais, que os homens estabelecem entre si, visando assegurar uma vida mais fácil, um futuro mais certo, uma justiça mais bem intencionada e mais alta do que a que tem por emblema a balança do mercador” (4).

Monzón em 1989 destaca o papel das cooperativas na economia social através da perspetiva de Walras que considera que as mesmas têm um papel essencial como resposta aos confrontos sociais, tendo sem dúvida um grande papel económico.

Caeiro J, define esta economia como “um intervalo entre o Estado e o mercado, quer no sentido da concretização das ações que o Estado não pretende resolver, quer no daquelas que a economia privada não vislumbra interesses lucrativos para a sua realização.” (2008:65).

Rui Namorado apresenta a ideia inicial da economia social como um espaço socioeconómico onde existem diversas organizações e práticas inerentes às mesmas. Estas organizações não dependem do estado, nem se pautam pela lógica capitalista da economia clássica da obtenção do lucro como prioridade da sua ação. Partindo assim, desta defesa das organizações que fazem parte da economia social, importa delimitar as mesmas, Namorado salienta as seguintes “entidades que assumem a forma de cooperativas, as que são fundações e uma parte das que assumem a forma de associação. Também

são por ela abrangidas, quer as entidades de natureza comunitária, quer as que são autogestionárias.” (2017:3).

Na obra “Dicionário Internacional da Outra Economia” (2009) Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha, encontra-se o conceito de economia social por Jacques Defourny, que define a mesma de forma sucinta como “as atividades econômicas concernentes à sociedade de pessoas que busquem a democracia econômica associada à utilidade social.”

Na obra “La Economía Social en la Unión Europea” propõe-se a seguinte definição “Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, con autonomía de decisión y libertad de adhesión, creadas para satisfacer las necesidades de sus socios a través del mercado, produciendo bienes y servicios, asegurando o financiando y en las que la eventual distribución entre los socios de beneficios o excedentes así como la toma de decisiones, no están ligados directamente con el capital o cotizaciones aportados por cada socio, correspondiendo un voto a cada uno de ellos. La Economía Social también agrupa a aquellas entidades privadas organizadas formalmente con autonomía de decisión y libertad de adhesión que producen servicios de no mercado a favor de las familias, cuyos excedentes, si los hubiera, no pueden ser apropiados por los agentes económicos que las crean, controlan o financian”. Note-se que esta definição está de acordo como os critérios estabelecidos pelo Manual da Comissão Europeia para a elaboração de contas satélites das empresas da Economia Social.

O surgimento das cooperativas constituiu um passo fundamental para a construção do conceito de economia social. A primeira experiência de uma cooperativa teve lugar Rochdale, em 1844 segundo Cançado e Gontijo (2005), esta cooperativa ficou conhecida como a Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale, sua origem foi construída como sendo uma cooperativa de consumo, mas os fundadores queriam mais que alimentos e preços justos, tinham também delineados objetivos relacionados com a educação dos membros e respetivos familiares, o acesso a habitação em condições, e também o trabalho para quem estava desempregado ou era mal remunerado.

Apesar de não existir uma definição universal única de Economia Social, importa salientar que fundamentalmente a economia social é aquela que não visa o lucro, mas sim a promoção do bem-estar na sociedade, sendo essencial recorrer à mesma para colmatar as desigualdades enraizadas em grande parte dos países do mundo.

No seguimento da explicação do conceito de economia social, importa referir o que é o terceiro setor, um conceito que surgiu para definir o espaço entre o setor privado e o setor público, segundo Defourny e Mertens, 1999, ou tendo em conta outros autores (Evers, 1995; Laville, Borzaga, Defourny *et al.*, 1999; Evers, 2000; Evers e Laville, 2004; e Pestoff, 2008) é um espaço intermediário localizado na intersecção entre o Estado, o Mercado e aquilo que é considerado o setor informal (segundo Filho, 2012).

Caso ainda prevaleçam dúvidas relativamente ao que é concretamente a economia de mercado, Polanyi (1983) define que a mesma consiste na existência de um sistema económico regulado que é controlado por leis concretas do mercado, no qual existe uma moeda à qual é atribuída um valor, garantido assim o lucro, que é o motor que gera a motivação à produção e distribuição, fazendo assim um ciclo, daqui a que se dá o nome de economia mercantil. Apesar disto, o autor defende que na realidade a verdadeira motivação do ser humano não é, na sua génese obter bens materiais, mas sim conquistar e manter um certo estatuto social.

A perspetiva de Polanyi (1983) centra-se na ideia de permitir que esta ligação descrita anteriormente entre o mercado e as pessoas seja determinante por si só da relação entre os indivíduos e a natureza, poderá resultar na destruição da sociedade, pois é uma fusão focada exclusivamente nas regras do mercado e do lucro, sendo este o ator principal e determinante da vida das pessoas.

Coraggio (2011:1) vem afirmar “Cuando la economía no resuelve esa negatividad se genera la amenaza un desastre social y/o ecológico (como el que experimentamos actualmente) resultante de la inadecuación del capitalismo con la cohesión y reproducción de la sociedad por lo que la reproducción de la vida requieren transformaciones o ajustes estructurales en el modo social de producción” ou seja este tipo de economia faz com que uma parte dos indivíduos seja excluído, porque não há o reconhecimento outro e a valorização dos ecossistemas.

Sobre papel da intervenção do estado na economia que se reflete no conceito de redistribuição, que é o princípio através do qual a produção de bens e serviços é realizada, normalmente, pelo estado colocando-o assim no centro da economia, estamos perante uma economia não mercantil. Segundo Evers e Laville, 2004 nesta economia o Estado é a ferramenta que gere os recursos e distribui pela população, garantindo assim o que se pode considerar como direitos dos cidadãos.

Existe ainda o conceito de reciprocidade, que assenta na relação entre os indivíduos através de uma lógica de dar e receber, Filho inspirado em Laville afirma que “ela se refere ao fluxo de bens e serviços entre indivíduos e grupos que estão dispostos a estabelecer uma relação social, sendo que os laços sociais são mais importantes do que os bens ou serviços trocados.” Refletindo desta forma uma economia não monetária.

Virando o enfoque para este último conceito de reciprocidade, importa referir que o mesmo é uma das bases economia solidária, uma vertente na economia social “é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com ações variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado”.(Cattani, Laville, Gaiger Hespanha,2009:80)

Segundo os autores acima descritos, neste tipo de economia dá-se importância aquilo que é a solidariedade, em vez de ter como prioridade o lucro ou as motivações particulares dos indivíduos,

esta solidariedade é difundida entre os membros que fazem parte das iniciativas deste tipo de economia e que acabam por estabelecer um vínculo social de reciprocidade como a base das relações.

Salienta-se ainda, a perspetiva de Amaro (2009:39) que refere que “o conceito de economia solidária, que é muito interessante porque não é no sentido social, mas no sentido da solidariedade com a vida, o reencontro com a vida na sua multidimensionalidade”. Segundo o mesmo autor, este conceito assenta em 8 pilares fundamentais, nomeadamente: económico, social, ético, ambiental, cultural, territorial, gestão e conhecimento.

Esta noção do que é a economia solidária é importante para dar o ponto de partida para o surgimento das moedas sociais no capítulo seguinte.

Moeda Social

3.1. História e conceito

A moeda social é um conceito que nasce da economia social e solidária como sendo uma alternativa, que surgiu para colmatar desigualdades sociais, à forma clássica cunhada pelo capitalismo onde a moeda tem um valor exclusivo de mercado.

Polanyi (1957:200) reforça que influencia do mercado “Es considerable la influencia restrictiva del enfoque basado en el mercado sobre la interpretación de las instituciones comerciales y monetarias: inevitablemente, el mercado aparece como el lugar del intercambio, el comercio como su forma y el dinero como su medio.”

Sobre o consumo capitalista, dos Santos, L. L., da Silva, B.C. (2014), salientam que os modelos capitalistas são limitados e por isso não conseguem responder às questões sociais inerentes à sociedade civil, sendo que é este sistema que muitas vezes acaba por contribuir para desigualdades crônicas entre a população, não garantido desta forma condições para a equidade social.

Nesta perspetiva o capitalismo é o adubo que faz as plantas das desigualdades sociais e económicas crescerem, fomentando desta forma uma cultura de consumo que é a luz para uma crescente e acentuada polarização da sociedade. Neste tipo produção, o trabalho é a medida de valor e a lei da oferta e procura a balança que (des)equilibra o sistema. O consumo capitalista alimenta-se do desejo de diferenciação social das pessoas, fundamentando-se na legitimação de uma hierarquia das diferenças (Santos e Silva, 2014).

É neste contexto que surgem as economias alternativas pela urgência em encontrar outras respostas que não as tradicionais a aos problemas económicos e sociais, “ou seja, é necessário comprometer-se com a concretização de outros modos de produzir e reproduzir a vida, bem como outras lógicas de construção da identidade e pertencimento no circuito económicos estabelecidos” (Santos e Silva, 2014:212). Segundo as autoras, para que outros modos de ver a economia sejam viáveis é necessário repensar outras formas de consumo, surgem assim três questões fundamentais que sustentam esta mudança no consumo e que devem ser colocadas: será que as experiências fomentam novas formas de socialização? Será que incentivam a uma relação mais direta e justa entre o produtor e o consumidor? E por fim, será que desenvolvem um envolvimento mais equitativo naquilo que são as cadeias produtivas através de redes de colaboração solidária?

Reforçando o que é a economia solidária, já descrita no capítulo anterior, Hespanha e Santos (2016) definem a mesma como uma diversidade de atividades económicas, formas de produzir, trocar e consumir, baseadas em relações de cooperação, de solidariedade e em princípios de gestão democrática, distinguindo-se desta forma da economia de mercado que predomina e domina a forma de viver em sociedade atualmente, onde imperam relações de competição e princípios de acumulação do capital.

É neste sentido que a Economia Solidária se afirma como um projeto económico plural assente numa visão alargada da Economia, mas também como um projeto promotor da solidariedade democrática e da luta pelos direitos sociais.

Existem inúmeros exemplos práticos daquilo que é a “outra economia”, contudo o enfoque será dado nas moedas sociais, que segundo Santos e Silva (2014) é uma ferramenta que de mediação utilizada em mercados de trocas, por exemplo, ganhou mais visibilidade a partir dos anos 90 nos clubes de trocas.

Os anos 80 e 90, mais concretamente o intervalo de tempo entre 1988 e 1996, segundo Blanc (1998) foi marcado por crises económicas, o que levou ao surgimento a nível mundial de práticas monetárias paralelas.

Mas afinal o que é isto das moedas sociais? Segundo Blanc (1998) são formas de pagamento bastante diversas usadas paralelamente aquilo que são as moedas de mercado nacionais. No Dicionário Internacional da Outra Economia Soares, define a moeda social como “uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia.” (2009:255) sendo que, não existe qualquer tipo de ligação obrigatória entre esta moeda é a moeda, e circulação da mesma tem por base a confiança mútua dos utilizadores da moeda, apenas desta forma é possível garantir o sucesso da mesma.

Quijano em 2004 chamou a atenção para o facto de que pese embora a importância deste tipo de trocas e a preceptiva de uma lógica diferente à clássica ao olhar para o fenómeno da moeda Social, o consumo dito solidário pode não estar totalmente desconectado da economia de mercado. Aliás o ideal é mesmo que os dois mundos se complementem.

Segundo González (2017:63) “A la fecha, la mayoría de las 5 mil ms que se calcula existen en el mundo, son complementarias de las monedas nacionales y forman circuitos de intercambios paralelos.”, acrescenta-se os dispositivos de intercâmbio local estão espalhados por mais de 60 países em todo o mundo, muito dos quais pertencem à América Latina (Orzi 2011).

As ferramentas criadas, que permitiram e continuam a permitir a circulação de riqueza socialmente produzida, refletem um conjunto de padrões que a corrente de antropologia económica encaminhou (Aguilar, 2019)

3.2 Experiências internacionais

Importa agora analisar brevemente alguns exemplos de moedas sociais internacionais com especial enfoque na Europa, ressalva-se que o foco será mais moedas nacionais que nas internacionais.

Começando por Espanha, que é dos países com mais iniciativas deste cariz, onde alguns autores realçam o enfoque na moeda social como um veículo para a mudança e com uma ferramenta de políticas públicas.

Em 2017, surgiu também a moeda grama em Santa Coloma de Gramenet (Catalunha), esta moeda social complementar funciona digitalmente através de uma aplicação, aqui um euro corresponde a uma grama. A própria Câmara, foi a grande impulsionadora e investidora neste projeto, defendendo que a importância desta moeda se reflete em alguns aspetos importantes como a promoção e dinamização do comércio local, bem como fomentar as relações de proximidade, criar dinâmicas de transformação da economia social e impulsionar uma rede de economia social e solidária.

O REC (Recurso Económico Ciudadano) 2018 é a moeda usada em Barcelona, como experiência social e económica. Esta moeda é utilizada exclusivamente no formato digital através de uma aplicação para o telefone. Segundo o site oficial da moeda, a mesma funciona da seguinte forma: através da aplicação o utilizador pode realizar todas as operações típicas de circulação de dinheiro: pagar alguma conta, cobrar, enviar dinheiro a alguém entre outras funcionalidades.

A forma de obter estas REC é colocando dinheiro, na aplicação, em euros através de um cartão de crédito ou débito, que depois serão convertidos em REC.

Em 2019, Formatjé mencionou num artigo da Universitat Oberta de Catalunya que existem em Espanha aproximadamente 100 moedas sociais em funcionamento à data, como por exemplo “el Puma en Sevilla, la Grama en Santa Coloma de Gramenet, el Zoquito en Cádiz o la Turuta en Vilanova i la Geltrú. Andalucía y Cataluña son las comunidades con más divisas sociales en funcionamiento. En Barcelona el pasado año se puso en marcha el REC en diez barrios de la Ciudad Condal.”

“Las monedas complementarias o sociales son divisas que se crean al margen del dinero oficial y que fomentan proyectos de ámbito social o ambiental, sobretudo a escala local”, explica August Corrons, profesor de los Estudios de Economía y Empresa de la Universitat Oberta de Catalunya (UOC)

Antes da transição para outros exemplos fora de Espanha, importa ainda mencionar da Conferencia Internacional de Monedas Sociales y Complementarias, um evento que já vai na sua quarta edição e que é um exemplo da valorização deste tipo de moedas onde existem demonstrações, debates, reflexões variadas sobre esta temática. Este tipo de iniciativas empoderam as comunidades locais, promovendo uma economia de proximidade, fortalecendo as relações associativas e entre as pessoas.

Passando agora para o Reino Unido, destaca-se a moeda Bristol Pound, que também serviu de exemplo para iniciativas noutros países.

Esta moeda é “made by local people, for local people” e é gerida por uma organização comunitária sem fins lucrativos: Bristol Pound CIC, surgiu em 2012 por iniciativas de um grupo de pessoas ativistas e mantém-se até aos dias de hoje. Embora esteja de momento num processo de reestruturação para uma nova roupagem, tendo já um nome novo Bristol Pay, Funciona na mesma lógica digital já descrita em relação às outras moedas.

Continuando a tour, pelas moedas sociais internacionais passa-se à fase de um breve speed dating por mais algumas iniciativas: o banco de Palmas que surgiu em 1998 no Brasil, é um dos primeiros grandes exemplos de um banco comunitário, o nome da moeda social utilizada varia consoante a comunidade; a moeda El Banga-Pesa do Kenya, Ekhis, Sol-Violette surgiu em 2011 em Toulouse, França.

3.3. Experiências nacionais

Santos e Silva (2014) exemplificam algumas iniciativas que se inserem no consumo solidário já descrito que visa as relações sociais contrariamente ao lucro, tais como: os grupos de consumo, formas de articulação entre produtores e consumidores, redes colaborativas de produção local, lojas de comércio justo e redes solidárias de trocas com moeda social.

No âmbito das redes de trocas locais, “uma união voluntária de cidadãos e cidadãos que estabelecem um intercâmbio económico usando uma moeda local ou social, criada e gerida por eles próprios”, (Mance, 2003 cit. por Gomes, 2012: 32), sendo que uma das componentes mais comuns das redes de trocas, são os mercados solidários ou também conhecidos como feiras de trocas, realizados desde os anos oitenta.

Mais uma vez indo buscar em Santos e Silva (2014) que expressam que estes mercados solidários fortalecem as relações sociais, a economia de proximidade, tal como, o aprofundamento da democracia participativa. Além disso, Montez (2010) descreve os mercados solidários como espaços e momentos de troca de produtos e de serviços com recurso a uma moeda marcada pela comunidade cujo valor de referência é definido pela população que pertence à mesma. A possibilidade de trocar produtos com outra moeda, permite que as pessoas possam aceder a bens e serviços que de outra forma não conseguiriam.

Os mercados solidários ou de trocas são o esplendor da utilização da moeda social, e estão muito relacionadas com a ideologia já mencionada da outra economia, com uma alternativa ao modelo tradicional capitalista consumista, as moedas sociais mostram um lado mais colaborativo e inclusivo,

que centra o seu foco na importância do “saber fazer” dos sujeitos integrantes das comunidades. Esta visão da moeda como veículo que pode conduzir à equidade social, diminuindo aquilo que são as carências económicas e sociais das comunidades locais é uma ideia defendida por vários autores.

É importante reforçar que este tipo de moeda não pretende substituir a moeda oficial, mas sim ser um complemento, tal como o ideal seria uma convergência entre os diferentes tipo de economia, em vez de se optar por seguir apenas o caminho da economia clássica e mais comum que visa o lucro entre outros valores do capitalismo. Além disso, segundo Santos e Silva (2014) as moedas sociais são também complementares a nível político, pois são o resultado de um processo que envolve constantemente a comunidade e a construção de decisões pela mesma, empoderando desta forma os cidadãos que pertence a comunidades que fazem parte de uma sociedade mais coesa e democrática.

A crise financeira em Portugal que teve início em 2010, marcada pela austeridade, criou um contexto favorável ao surgimento de experiências da economia social e solidária, a necessidade de encontrar soluções alternativas à via tradicional da economia, tornou-se um caminho para colmatar as necessidades das comunidades locais e fez com aparecessem inúmeras iniciativas.

Contudo em termos históricos “estes circuitos de troca com moeda social (em suporte físico) chegam em 2006, apresentando características um pouco diversas da experiência brasileira – nomeadamente o vínculo de certo modo ainda frágil com a temática da Economia Solidária e a ausência do lastro “(Santos e Silva, 2014:216). A *Granja* foi assim, a primeira moeda social utilizada no Mercado (de produtos diversos) da Granja do Ulmeiro em Soure, distrito de Coimbra Santos e Silva (2014) salientam ainda que este mercado foi inovador não só pela experiência com a moeda social como também porque fomentou a realização de assembleias comunitárias antes das feiras. No mesmo ano surgiu também a moeda social a *Solidário*, em São Brás do Alportel (Faro).

Em 2007 juntou-se ,às duas moedas referidas anteriormente, a *Justa* (Coimbra), num mercado solidário, que durou apenas 2 anos, e, 2008 deixou de existir a moeda *Solidário*, contudo deu lugar a várias moedas que surgiram: *Torga* (Oliveira do Hospital) num mercado solidário , *Sorriso* (Santarém) num mercado (Feira da Alegria) em contexto universitário, *Campino* (Santarém) Mercado de Trocas , *Esito* (Santarém) foi implementada na sequência da moeda *Sorriso* também em contexto universitário no mercado solidário Feira da Alegria , *Diabitas* (Coimbra) Mercado de Trocas de Samuel , *Saurius* (Coimbra) no 1º Mercado Solidário em Soure, perfazendo um total de 9 moedas sociais ativas nesse ano.

Em 2009, resistiram as moedas *Granja*, *Campino*, *Esito*, *diabitas* e *Saurius*, além disso foram ainda criadas as seguintes: *Crialito* (Santarém) em contexto universitário mercado solidário dirigido a crianças e jovens portadores de deficiência, *Morango* (Santarém) em contexto universitário num mercado solidário direcionada para crianças e a *Swap* (Almada) no Mercado de Trocas inserido no evento “Mercado de Natal Amigo da Terra totalizando 9 moedas sociais ativas. No ano de 2010 muitas

moedas desapareceram, ficando apenas a ganja e a campino e surgiram duas novas moedas a feijão (Porto) feira de trocas, e *ESECO* (Coimbra) em contexto universitário surgiu na continuidade da moeda *Justa*, com esta descida o ano 2010 ficou marcado por 4 iniciativas ativas.

Quanto a 2011 houve uma recuperação no número de iniciativas, sendo que se manteve a *Granja*, a *Campino* e houve uma reanimação das *Diabitas*, foram criadas mais 6 moedas: *Pomba* (Coimbra) ciranda no Centro Social de Alfarelos usada num mercado social, pombalino ((Vila Real de Santo António) a moeda foi criada pelo Banco Local de Voluntariado da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e implementada num mercado solidário, *Aleixo* (Faro) em âmbito escolar num mercado *Solidário*, *Morteiro*, *Jardim* (Coimbra) dirigida a crianças aplicada num mercado de trocas e troca, perfazendo assim o total de 9 moedas sociais em vigor. Em 2012 manteve-se a *Campino*, *Diabitas*, *Pombalino* e *Jardim*, sendo que acresceram ainda as novas: *Giro* (Oeiras) para crianças numa feira de trocas, *Rio* (Aveiro) dirigida a crianças e utilizada em mercado de trocas, *Mayor* e *Vitras*, assim sendo 8 tipos de moedas sociais distintos.

Já em 2013 mantiveram-se a *Campino*, *Jardim*, *Giro*, *Rio* e ainda surgiram a *Estrela* (Coimbra) mercado de trocas para crianças, coroa, canguru (Lisboa), gaivota (Aveiro) mercado de trocas, *Brinca* (Lisboa) mercado de trocas e *Mor* (Évora) na festa franca, finalizando assim este percurso de 7 anos com 11 iniciativas ativas. Destaca-se ainda a moeda *Clip* da Associação CLIP- Recursos e Desenvolvimento, localizada em Lisboa.

A Acção para a Justiça e Paz (AJP) foi criada em 1973, tendo sido registada oficialmente no ano 1986 “A ideia por trás do movimento, era estabelecer a paz na sociedade, baseada nos princípios do Cristianismo, fazendo com que o nome mudasse durante a Segunda Guerra Mundial para "Christian Movement for Peace". Gomes (2012:52). A AJP foi dinamizadora de alguns dos exemplos de moedas sociais referidos e outros projetos de Economia Solidária.

Mais recentemente iniciativas como a “Pago em Lixo”, criada com o objetivo de sensibilizar e instruir a comunidade para a sustentabilidade ambiental com foco no desejo consciente de lixo e a sua separação, têm ganho mais visibilidade. Neste caso concreto, esta ideia promovida pela Junta de Freguesia de Campolide, consiste em primeiro lugar em que a população residente em Campolide leve lixo a um dos pontos de recolha sinalizados no território, para que o mesmo seja pesado e distribuído no contentor indicado, no passo seguinte é feita uma conversão para LIXO a moeda local utilizada, que ser utilizada em estabelecimentos comerciais aderentes em Campolide. Esta moeda social, o LIXO foi criada em 2016.

A moeda mor, como já foi mencionado surgiu no ano de 2013, na Feira Franca, apesar deste processo ter tido início em 2011, a particularidade desta moeda é que se manteve até aos dias de hoje, passando por várias fases.

Em 2016 surgiu também, promovida pela Junta de Freguesia de Santo António, a moeda Santo António utilizada virtualmente para aquisição de bens alimentares, vestuário, produtos de higiene pessoal, artigos puericultura, entre outros, na Mercearia Social VALOR Humano para apoiar residentes da freguesia que se encontrem em condições socioeconómicas sensíveis, identificados pela Ação Social.

Mais recentemente, com o atual panorama de Covid19 e a crise económica e social levaram ao aparecimento de várias iniciativas de cariz social, nesta vertente da economia alternativa e mais concretamente na moeda social, destaca-se a Leiria Coin uma moeda que surgiu em Leiria para combater a problemática das necessidades de alimentação, incluindo vales para serem usados em estabelecimentos do concelho. O presidente da Câmara de Leiria fez as contas aos apoios diretos para situações de desemprego, inatividade, doença ou lay-off e explica que um agregado com dois adultos, um adolescente e uma criança tem direito a 210 euros, desde que o rendimento per capita seja inferior a 60% do salário mínimo nacional.

Santos e Silva (2014) destacam com base em Garcia (2012) também a existência de algumas moedas virtuais: *valongo's* (Valongo do Vouga); *trok* (Lisboa); *anjo* (Lisboa); *estrela31* (Região das Beiras/Benfeita, no concelho de Tábua), *tempo* (Lisboa, de uso irregular), *ecos* (Palmela – Setúbal), *ecosol* (Porto) e *eco* (Lagos – Algarve). Além destes exemplos importa referir uns mais recentes.

As moedas sociais, como é possível verificar são uma ferramenta da economia social e solidária utilizada em diferentes contextos importa, contudo, ressaltar que apesar de terem sido abordadas iniciativas do ano 2000 para cima, as trocas de produtos e serviços constituem uma prática recorrente e antiga nas aldeias portuguesas, sendo uma forma de cooperação e interajuda no mundo rural. Naquilo que é o contexto nacional o uso da moeda social está mais ligado e aos mercados solidários ou feiras de troca. Um aspeto particular do caso por português é a utilização da moeda social em mercados de trocas para crianças, refletindo um cariz pedagógico como visando mudar algumas práticas nesta área concreta, promovendo o desapego das crianças e dos jovens em relação aos brinquedos e bens diversos consumidos.

Além disso importa referir que estas moedas incentivam o consumo no comércio bairrista, tornando a economia local mais conhecida e forte, valorizando a relação entre quem consome e quem produz, fomentando ainda não só a sustentabilidade económica como também ambiental.

Podem ainda surgir através de diversas fontes de apoio como as universidades, as juntas autarquias e associações, entre outros e são bastante recorrentes em dimensões específicas como as feiras de trocas.

Ana Margarida Esteves, socióloga e investigadora no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE explica no artigo ao DN- que "o objetivo é criar moedas que estejam sob o controlo da comunidade e

não de entidades abstratas, para que a comunidade possa controlar a taxa de juro em microcréditos, por exemplo, como acontece com o Banco Palmas, no Brasil".

Associação CLIP- Recursos e Desenvolvimento

4.1. Missão, valores e atuação

A Associação CLIPrd é uma Associação, sem fins lucrativos, que tem como a missão capacitar e dinamizar atividades que fortaleçam a ação de pessoas e entidades promotoras do desenvolvimento comunitário. Fundada em 2012, a partir de um movimento associativo local da Alta de Lisboa, surge da vontade conjunta de construção de uma entidade capaz de apoiar e dar resposta às necessidades das entidades promotoras do desenvolvimento local.

Pretende ser uma organização inovadora e de referência para todas as entidades de economia social, enquanto pilar determinante do seu sucesso e na construção de uma sociedade civil mais justa e sustentável e rege-se por valores como, credibilidade e confiança, flexibilidade e adaptação, governança participada e reciprocidade social

Desenvolve respostas assentes nas necessidades reais dos associados, que se dividem em duas grandes áreas: Capacitação e Partilha. Na área da Capacitação encontramos serviços como Formação, Workshops, Consultórios temáticos (fiscal, jurídico, apoio a projetos, associativismo) e Mentoria de projetos. Na área da Partilha os Conversas a copo (momentos informais de discussão de diversas temáticas), Alertas de financiamento para associações, Espaço de co-work e a Plataforma de Partilha de Recursos.

4.2. Plataforma de Partilha de Recursos

A Plataforma de Partilha de Recursos da Associação CLIPrd foi criada em 2013 e tem como objetivo promover uma utilização mais eficiente dos recursos locais disponíveis, com vista à sua rentabilização, designadamente através da criação e manutenção em funcionamento de uma plataforma partilha de bens e serviços com base numa moeda social criada para o efeito.

É uma Plataforma que vê muito para além do que é o lucro, valorizando as relações sociais e as trocas, inerentes ao trabalho social e cujo foco principal é que as associações não tenham de adquirir bens que têm pouca utilização diária, poupando assim recursos financeiros essenciais.

Para efeito de valoração dos bens e serviços disponíveis na Plataforma de Partilha de Recursos foi desenhada uma moeda social virtual, designada por clip. Um clip tem uma correspondência a um Euro, no entanto na valorização dos recursos é ainda tido em conta o valor social do recurso.

Este é um serviço exclusivo para Associados da Associação CLIPrd, permitindo assim criar uma rede em que a confiança é o pilar, já que este é um dos fatores chave na utilização de sistemas de trocas. Os associados recebem 200 clips aquando da inscrição, com os quais podem requisitar qualquer recurso ou material disponível e para ter mais clips, basta dar um pouco de si, ultrapassar a barreira do “eu” e focar-se na reciprocidade.

Contém recursos de diversas categorias como bricolagem (ex. ferramentas), cozinha (ex. tachos, fogão elétrico), eletrónico (ex. monitor, impressora de fotos), escritório (ex. máquina de fazer crachás e de encadernar), e eventos (ex. kit para coffee break, tendas). Sendo que configuram bons recursos para a Plataforma os que têm características como serem dispendiosos de adquirir e não serem necessários no quotidiano.

Ao promover a partilha destes recursos, através da utilização de uma moeda social, dá-se uma nova vida aos mesmos, contribuindo para que as Associações sem fins lucrativos não tenham de adquirir recursos e bens que têm pouca utilização diária, poupando assim recursos financeiros essenciais à sustentabilidade das mesmas.

Estudo Caso

5.1. Metodologia

A metodologia utilizada para a recolha de dados, foi a realização de um questionário aplicado aos associados coletivos e individuais da Associação CLIP-Recursos e Desenvolvimento que são um total de 138.

A razão pela qual se escolheu este público alvo prende-se com o facto de à partida estarem familiarizados com a moeda social pois a mesma é utilizada na Plataforma de Partilha de Recursos da associação, um serviço exclusivo para associados.

O objetivo da aplicação deste questionário passa por apurar, o conhecimento existente sobre a moeda social no geral e concretamente na Associação, a valorização ou não da mesma como uma alternativa à moeda de mercado no geral, em tempos de crise e concretamente no panorama de pandemia Covid19, assolou o mundo este ano.

O estudo de caso é uma abordagem metodológica muito importante como refere Quivy (1992), que foi utilizada nesta dissertação.

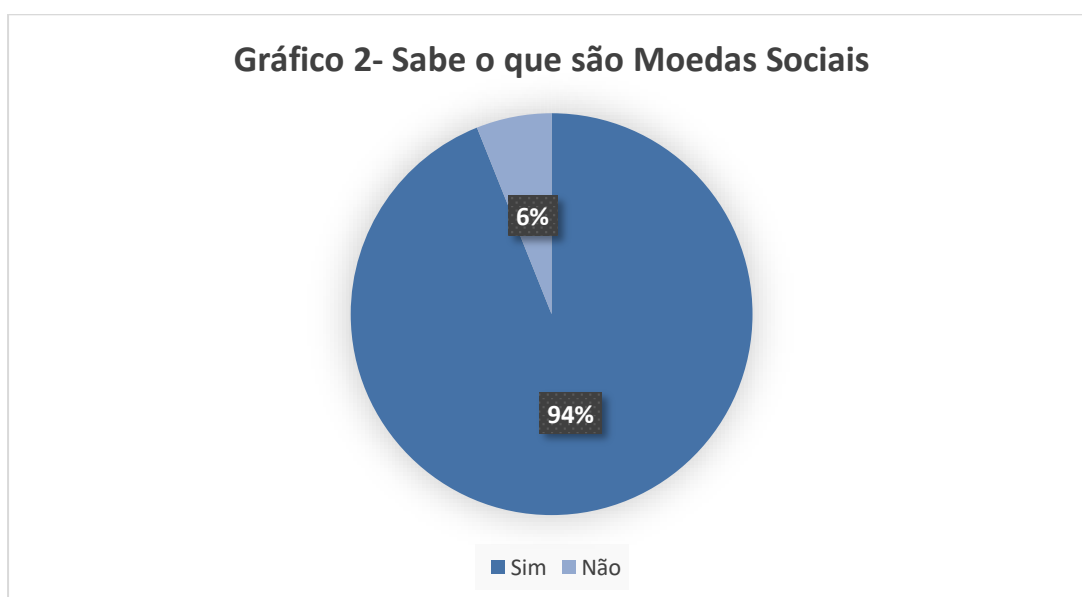
Quanto às técnicas de recolha de informação além do questionário, destaca-se também a análise documental e a observação direta, decorrentes do exercício profissional da aluna na Associação CLIPrd, permitindo isto um olhar privilegiado sobre aquilo que é a instituição e o seu dia-a-dia. Isto fez com que se tivesse usado uma variedade de técnicas de recolha de informação alargada.

5.2. Análise de dados



Fonte: Recolha própria da autora.

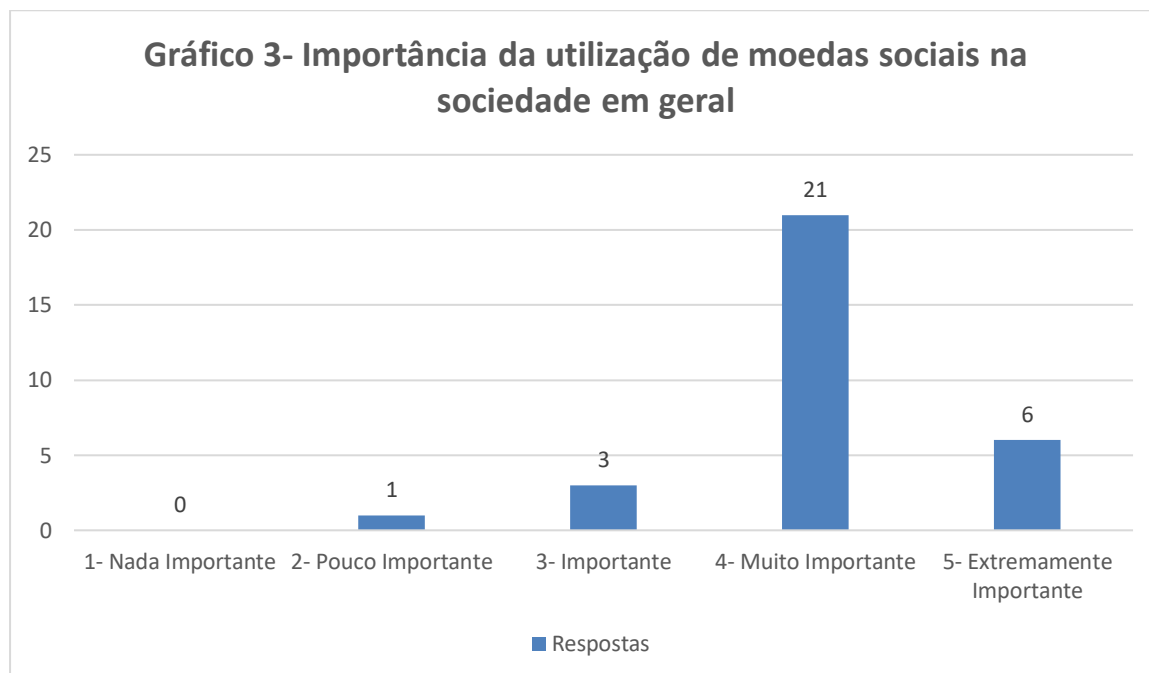
Segundo os dados recolhidos, de um total de 33 respostas, 45% (15) foram de associados individuais e 55% (18) foram de associados coletivos, sendo este último ligeiramente superior.



Fonte: Recolha própria da autora.

Relativamente à questão sobre se sabem o que são moedas sociais, verifica-se que apenas 2 (6%) inquiridos não sabem, e os restantes 31 sabem (94%), ou seja, a grande maioria dos inquiridos sabe o que são moedas sociais. Ressalva-se que estes dois inquiridos não responderam às restantes questões

pois não se aplicava a quem não tivesse conhecimento do que são moedas sociais, pelo que daqui para a frente a análise tem em conta um universo de 31 inquiridos.



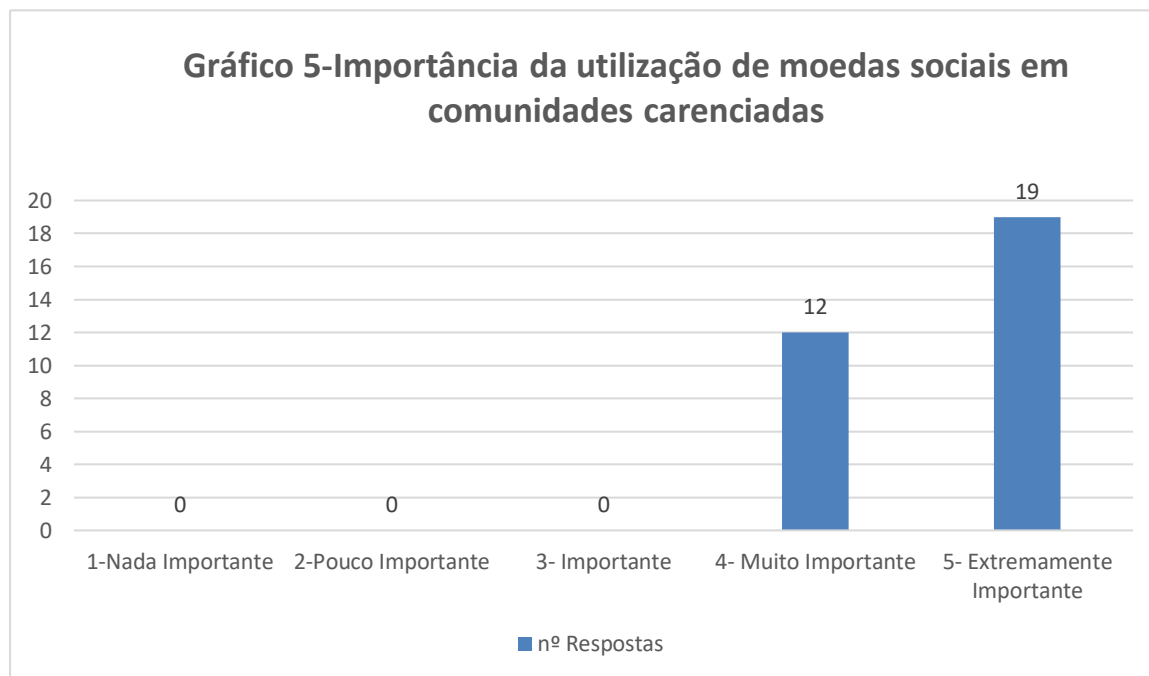
Fonte: Recolha própria da autora.

Segundo o gráfico 3, 21 indivíduos consideram a utilização de moedas sociais na sociedade em geral muito importante, 6 classificaram como extremamente importante, 3 como importante, apenas uma respondeu importante e nenhuma considerou que fosse nada importante. Ou seja, a maioria dos inquiridos considera muito importante a utilização deste tipo de moedas na sociedade em geral.



Fonte: Recolha própria da autora.

Da amostra de 31 participantes, 3%, a minoria, afirma ter sempre contato com a moeda social, 19% frequentemente, 20% nunca e por fim 58%, a maioria, respondeu que tem um contato ocasional.



Fonte: Recolha própria da autora.

A partir da análise do gráfico 5 é possível concluir que, ninguém considerou que a utilização de moedas sociais em comunidades carentiadas é nada importante, pouco importante ou importante. A maioria considera extremamente importante (19) e 12 consideram muito importante.

Tabela 1- Os Benefícios da Moeda Social

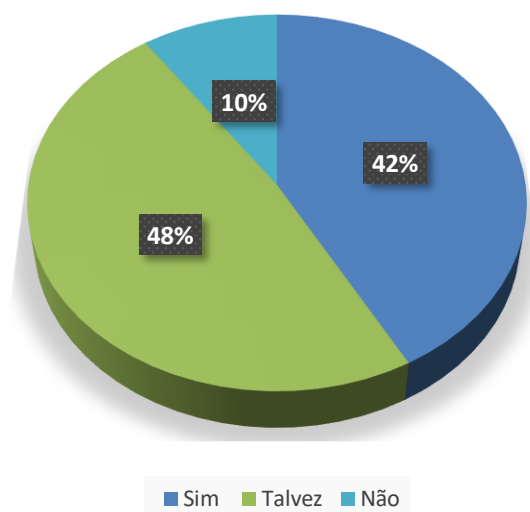
| Afirmação | Respostas |
|--|-----------|
| Valorização das dinâmicas locais | 25 |
| Redução das desigualdades sociais | 20 |
| Fomentação do espírito de união entre as pessoas | 19 |

| | |
|--|----|
| Transformação do sistema económico local | 17 |
| Maior poder de aquisição de bens | 15 |
| Promoção do bem-estar social | 10 |
| Proteção dos valores da comunidade | 8 |
| Reconhecimento da localidade como utilizadora deste tipo de moedas | 4 |
| Outra | 0 |

Fonte: Recolha própria da autora.

As respostas refletidas na tabela 1 refletem uma pergunta de escolha múltipla pelo que o inquirido podia escolher até 4 opções. Salienta-se que maioria dos sujeitos (81%) respondeu que a valorização das dinâmicas locais é um dos benefícios da moeda social, além disso um total de 20 inquiridos (48%) considera que a Redução das desigualdades sociais é outro ponto fundamental no que concerne à temática da questão. Os pontos que tiveram menos importância nas respostas foram: o reconhecimento da localidade como utilizadora deste tipo de moedas com apenas 4 respostas (13%) e ainda proteção dos valores da comunidade foi uma opção assinalada 8 vezes (26%).

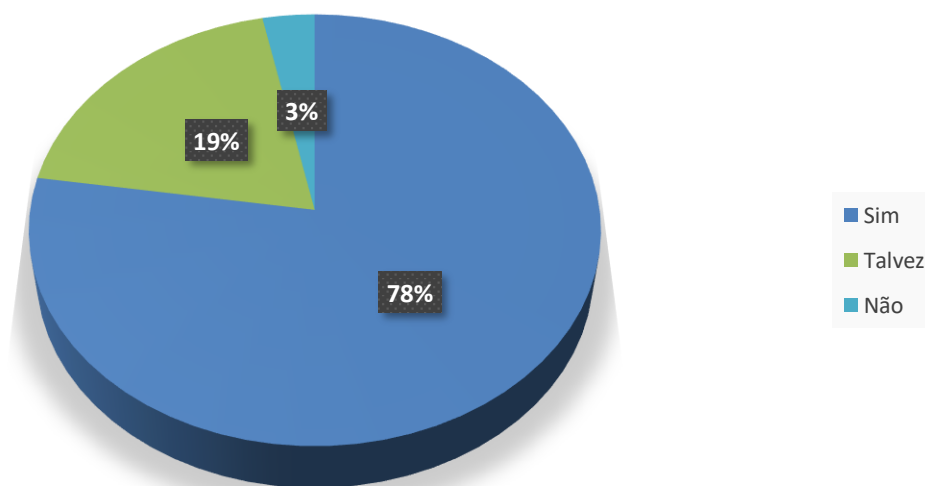
Gráfico 6- Viver numa localidade onde se utilizassem exclusivamente moedas sociais



Fonte: Recolha própria da autora.

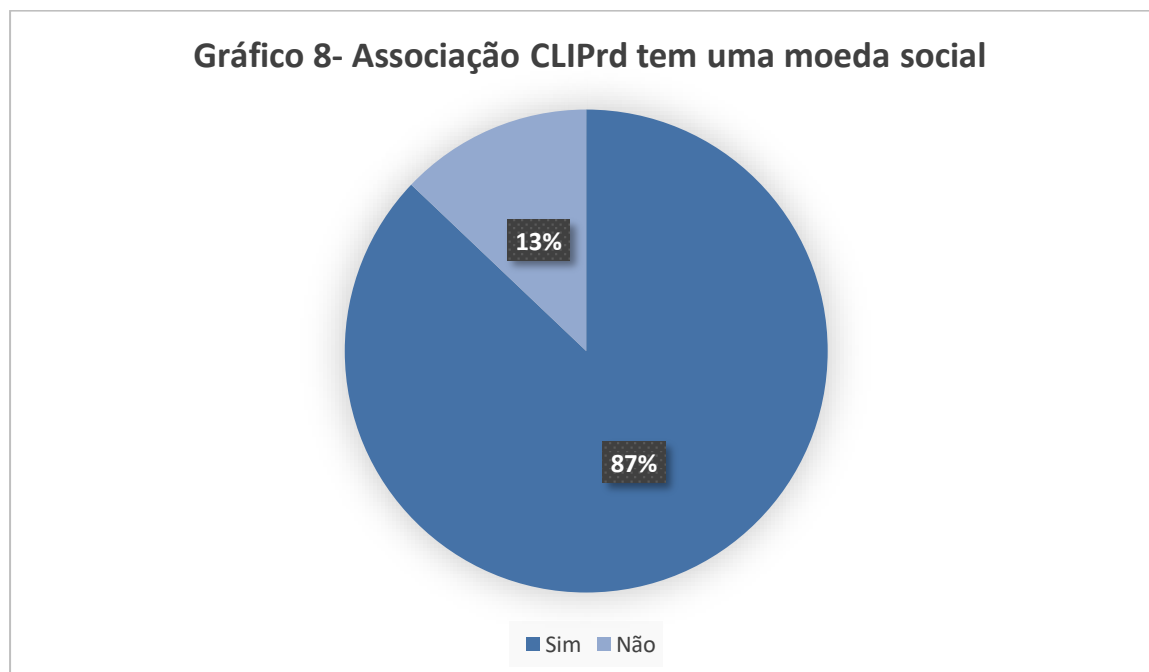
No gráfico 6 é possível verificar que 10% (3) dos inquiridos não consideraria viver numa localidade onde se utilizasse exclusivamente a MS, 42% (13) afirmou que sim, uma maioria ligeira de 48% (15) respondeu que talvez.

Gráfico 7- As moedas sociais como um importante complemento à economia de mercado (euro)



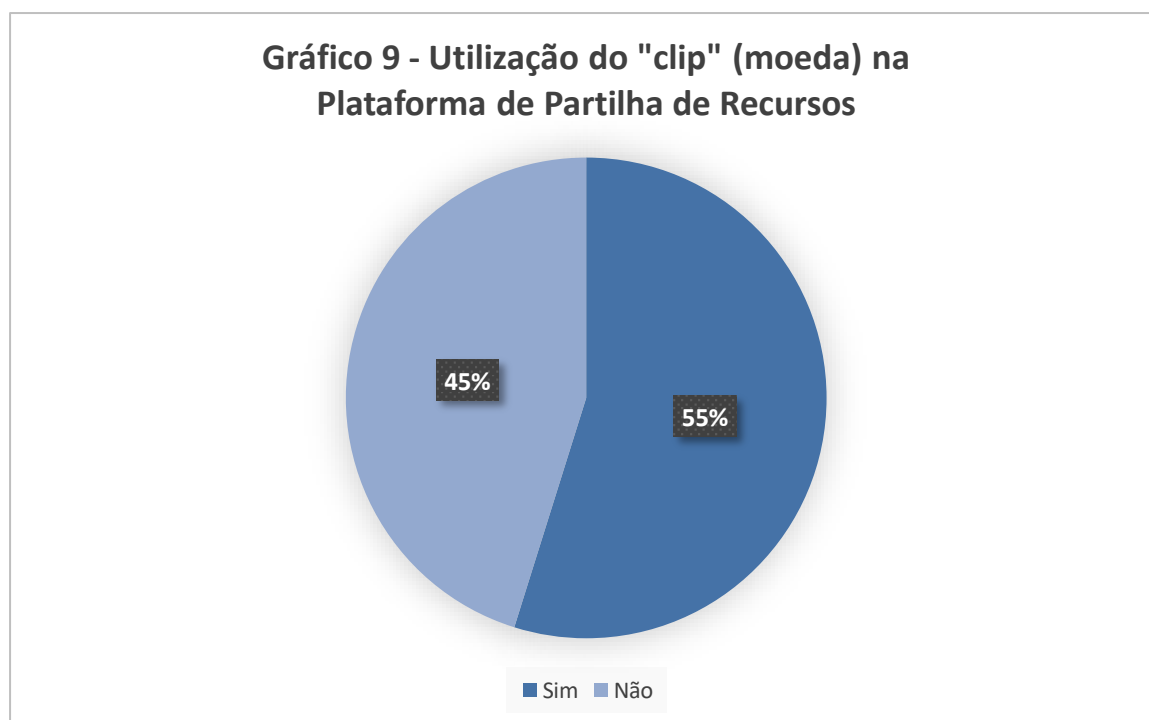
Fonte: Recolha própria da autora.

Quanto à questão das moedas sociais como complemento à economia de mercado, maioria (78%) considera que sim, 19% indicou que talvez e apenas 3% é da opinião que não.



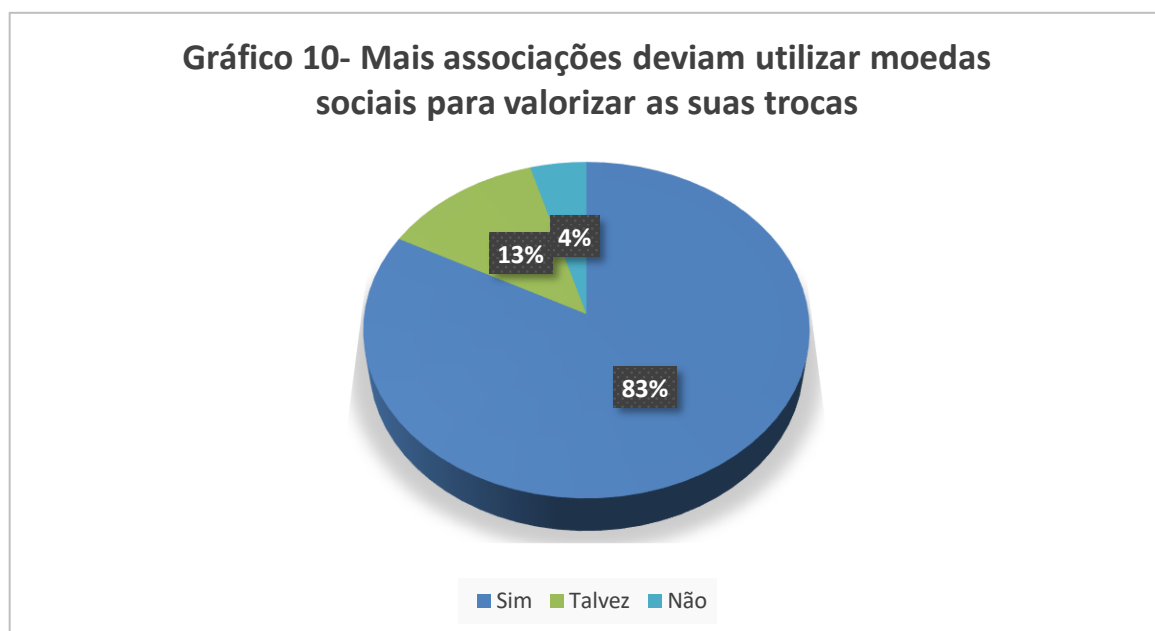
Fonte: Recolha própria da autora.

O gráfico 8 demonstra que 87% (27) da população inquirida tem conhecimento da existência de uma moeda social na Associação CLIPrd e apenas 13%(4) não tem.



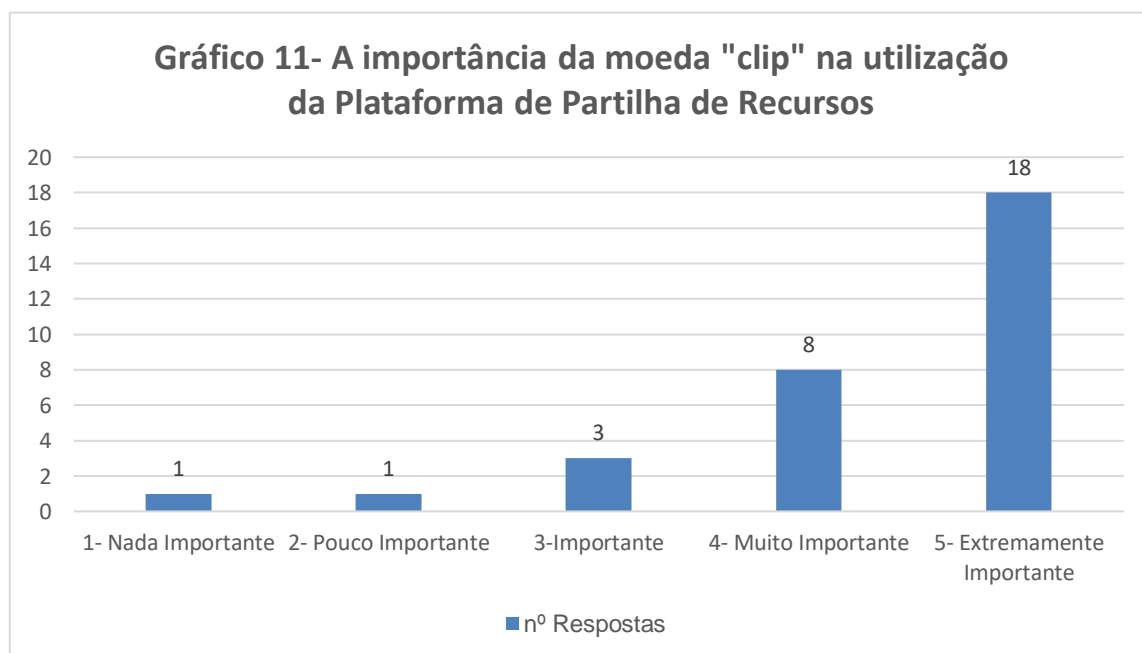
Fonte: Recolha própria da autora.

No gráfico acima representado é possível verificar que 55% (17) já utilizou a moeda “clip” na Plataforma de Partilha de Recursos, contudo quase metade 45% (14) ainda não utiliza este recurso.



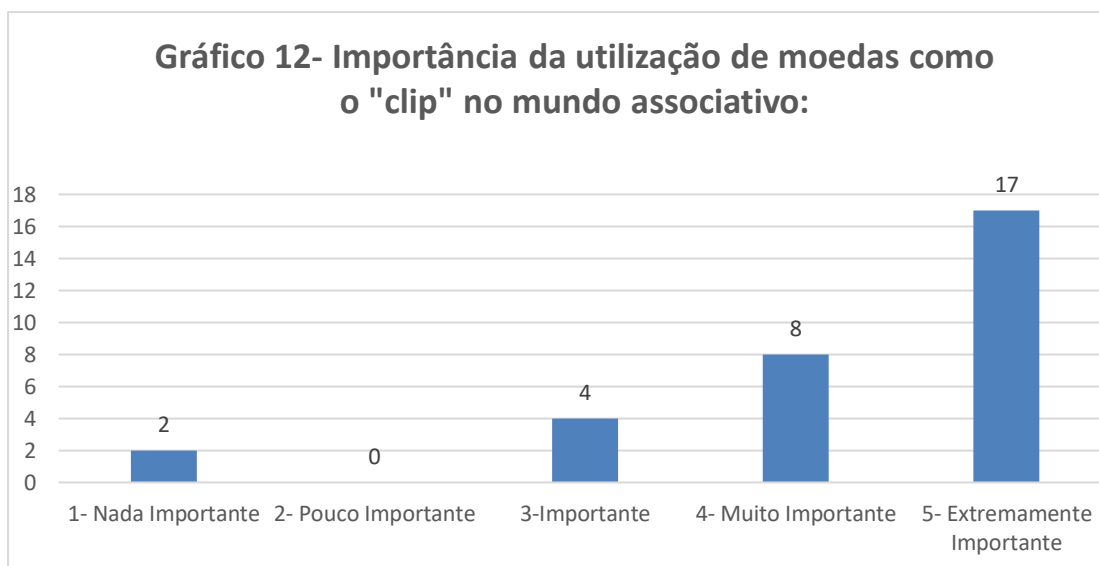
Fonte: Recolha própria da autora.

Sobre a questão se mais associações deveriam usar moedas sociais para valorizar as suas trocas, a maioria dos inquiridos respondeu que sim 83% (26), 4 (13%) são da opinião que talvez e apenas 1 sujeito (3%) respondeu que não.



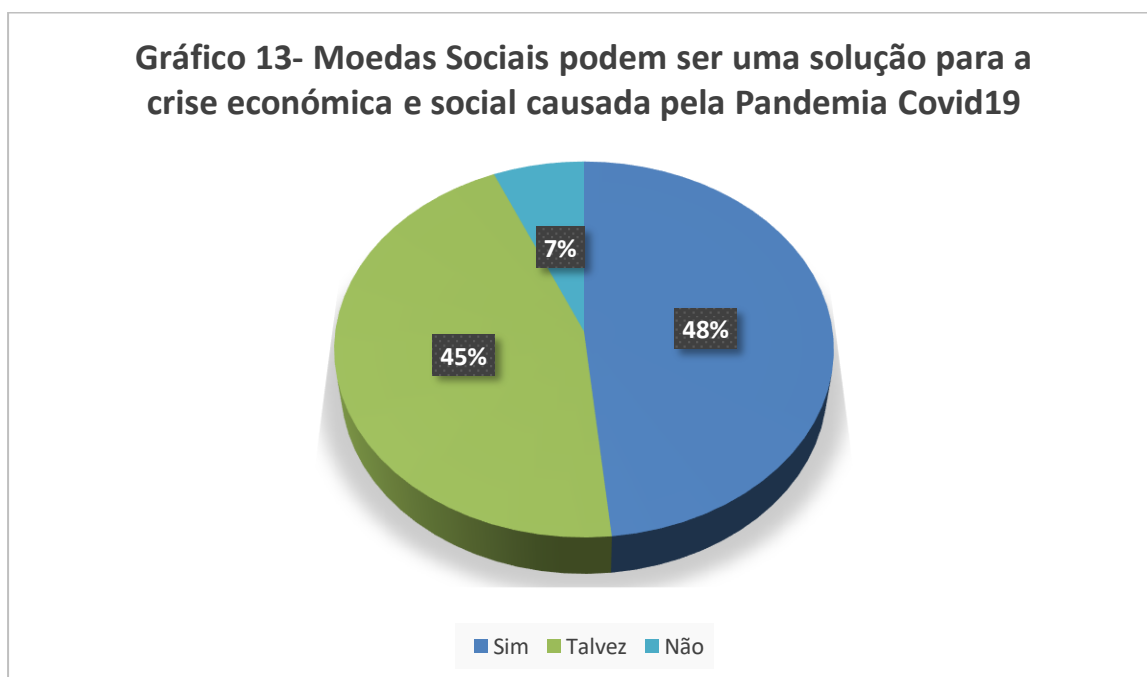
Fonte: Recolha própria da autora.

Perante o gráfico 11 é possível compreender que a maioria dos participantes, 18 (58%) considera a moeda “clip” é extremamente importante, no âmbito da utilização da Plataforma de Recursos, 26% (8) classificou o grau de importância como 4 ou seja muito importante, 10% (3) considero ser importante, 1 pessoa (3%) disse que é pouco importante e outra (3%) que é nada importante.



Fonte: Recolha própria da autora.

A partir da análise do gráfico 12 é possível compreender que 2 (6%) consideram esta questão nada importante, 4 (13) sujeitos responderam que é importante, 8 (26%) que é muito importante e por fim a maioria que considera extremamente importante são 17 sujeitos (55%)



Fonte: Recolha própria da autora.

Quanto à questão se as moedas sociais podem ser uma solução para a crise económica e social causada pela Pandemia Covid19, apesar de haver quase um empate no número de respostas de sim e talvez, a maioria respondeu que sim 48% (15), quanto ao talvez foi a resposta dada por 45% (14) dos inquiridos e apenas 2 (7%) respondeu que não via este cenário como uma solução.

Tabela 2- Impactos económicos e sociais considera mais relevantes colmatar tendo em conta a Pandemia

| Afirmação | Respostas |
|---|------------------|
| Falta de capacidade de aquisição de bens básicos | 21 |
| Aumento das problemáticas no seio familiar | 19 |
| Diminuição do poder de compra | 16 |
| Agravamento da situação financeira | 15 |
| Aumento das problemáticas relacionadas com a saúde mental | 15 |
| Quebra nas relações de interajuda | 10 |
| Aumento das problemáticas relacionadas com a saúde no geral | 10 |
| Desfasamento do sentimento comunitário | 8 |
| Enfraquecimento do SNS | 3 |

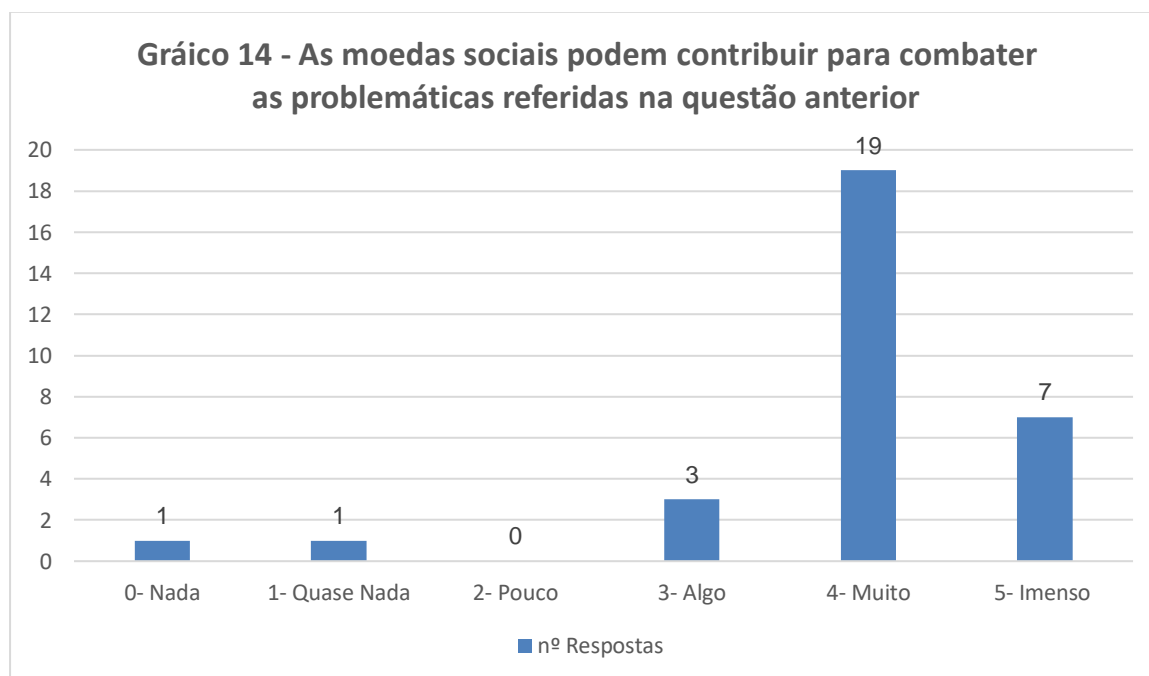
| | |
|--|---|
| Incapacidade de acompanhamento escolar | 3 |
| Aumento do abandono escolar | 2 |

Fonte: Recolha própria da autora.

As respostas que aparecem nesta tabela são a uma pergunta de escolha múltipla, “Que impactos económicos e sociais considera mais relevantes colmatar tendo em conta a Pandemia:” pelo que o inquirido podia escolher até 4 opções.

A resposta mais recorrente foi falta de capacidade de aquisição de bens básicos 21 vezes (68%), de seguida foram 16 as vezes (52%) que as pessoas responderam diminuição do poder de compra, o terceiro impacto que os inquiridos consideraram mais relevante colmatar é o agravamento da situação financeira e como o mesmo número de respostas (15-48%) o aumento das problemáticas relacionadas com a saúde mental.

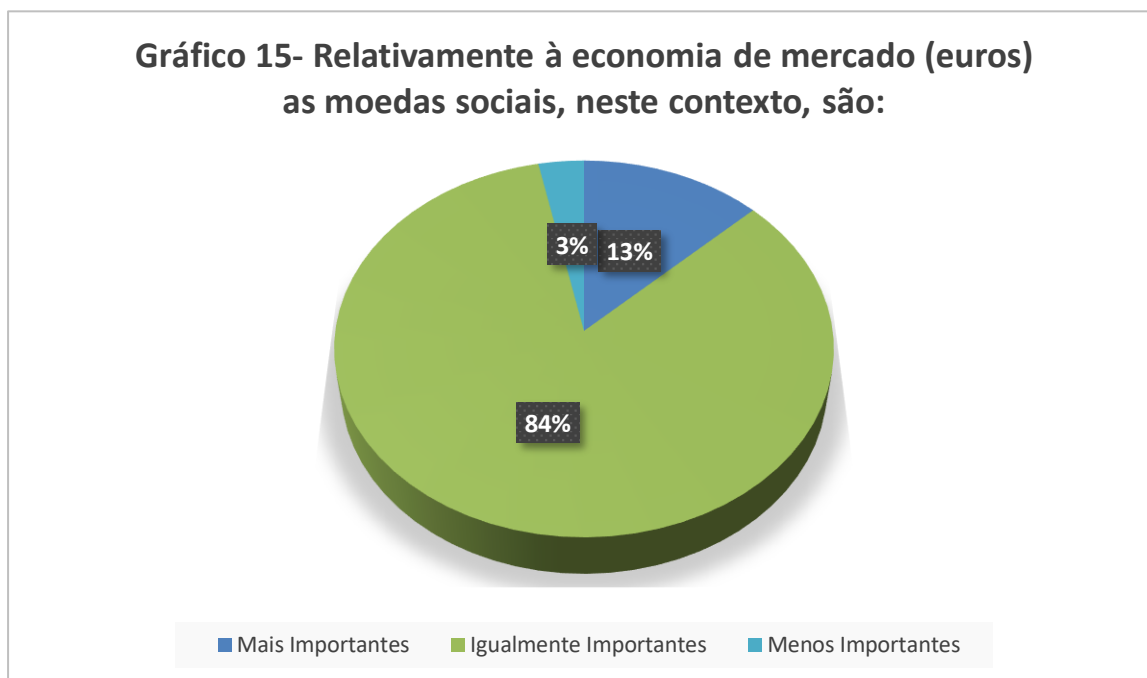
Por outro lado, a resposta menos assinalada foi o aumento do abandono escolar com apenas 2 respostas (7%) e a incapacidade de acompanhamento escolar a par do enfraquecimento do SNS com o mesmo número de respostas 3 (10%).



Fonte: Recolha própria da autora.

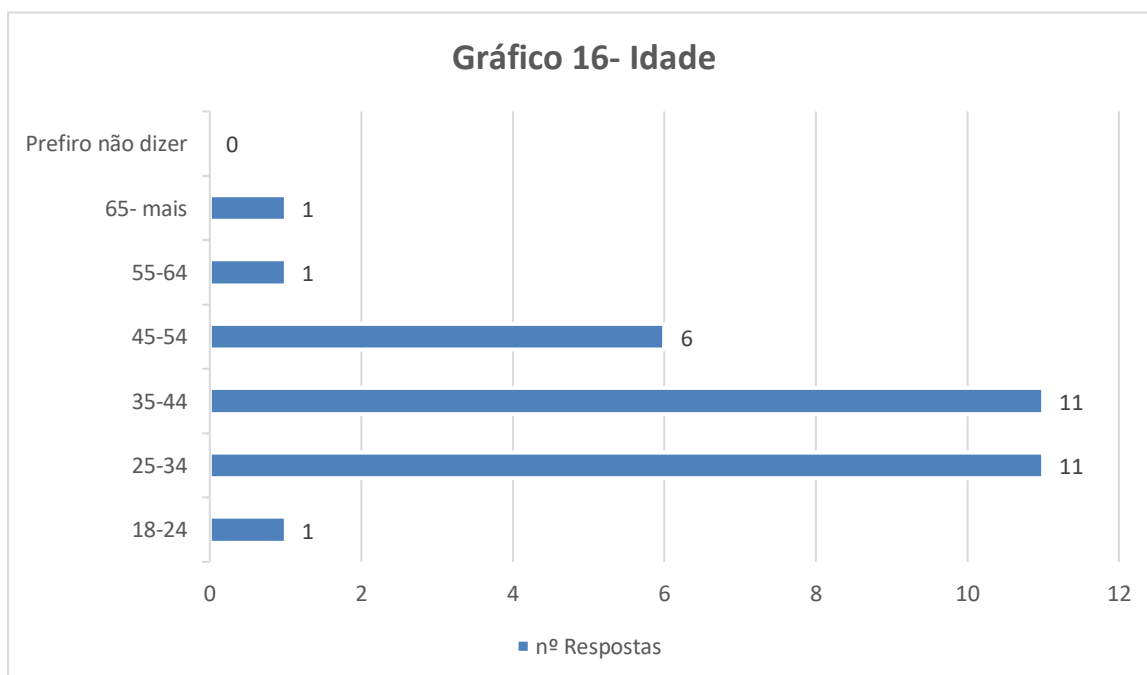
Analisando o gráfico 14 é possível verificar que a maioria das pessoas (19) escolheu, numa escala de 0 a 5, o nível 4, considerando que as moedas sociais podem contribuir muito para combater as

problemáticas referidas na questão anterior, 7 (23%) inquiridos responderam imenso, 3 classificaram como 3 (pouco) na escala mencionada, 1 sujeito considerou quase nada e outro nada. Ninguém escolheu o nível dois da escala, pouco.



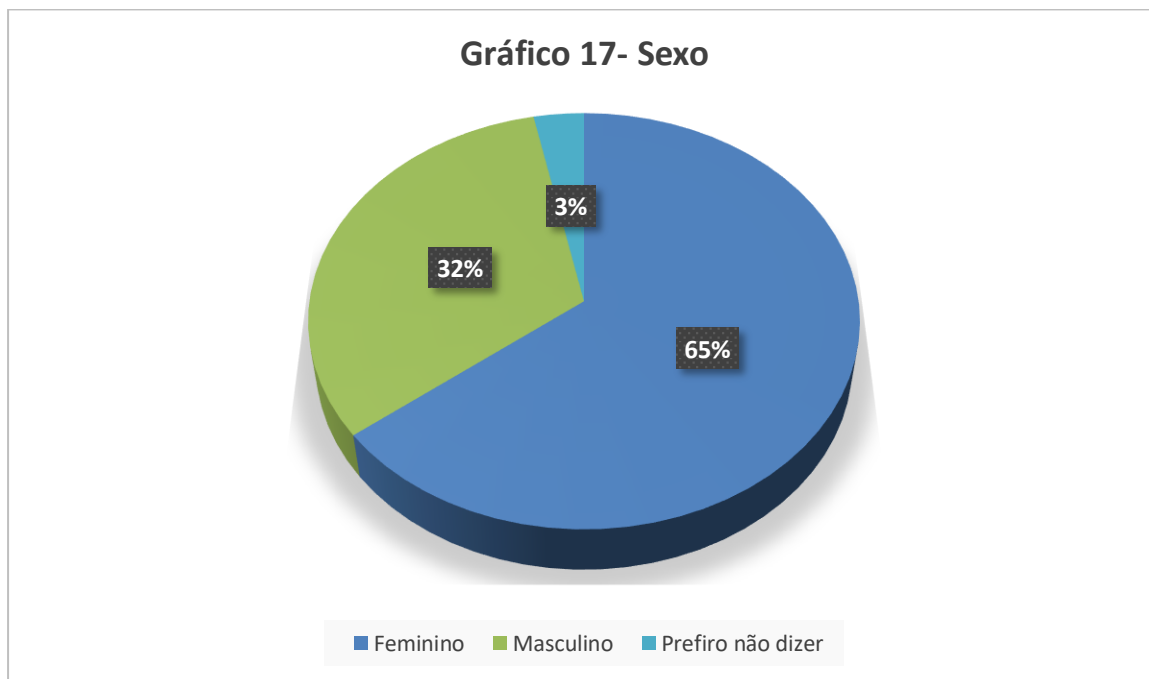
Fonte: Recolha própria da autora.

A maioria dos inquiridos (84%) respondeu que considera este tipo de moedas igualmente importante comparadas ao euro, 13 % que são mais importantes e apenas 3% consideraram menos importante.



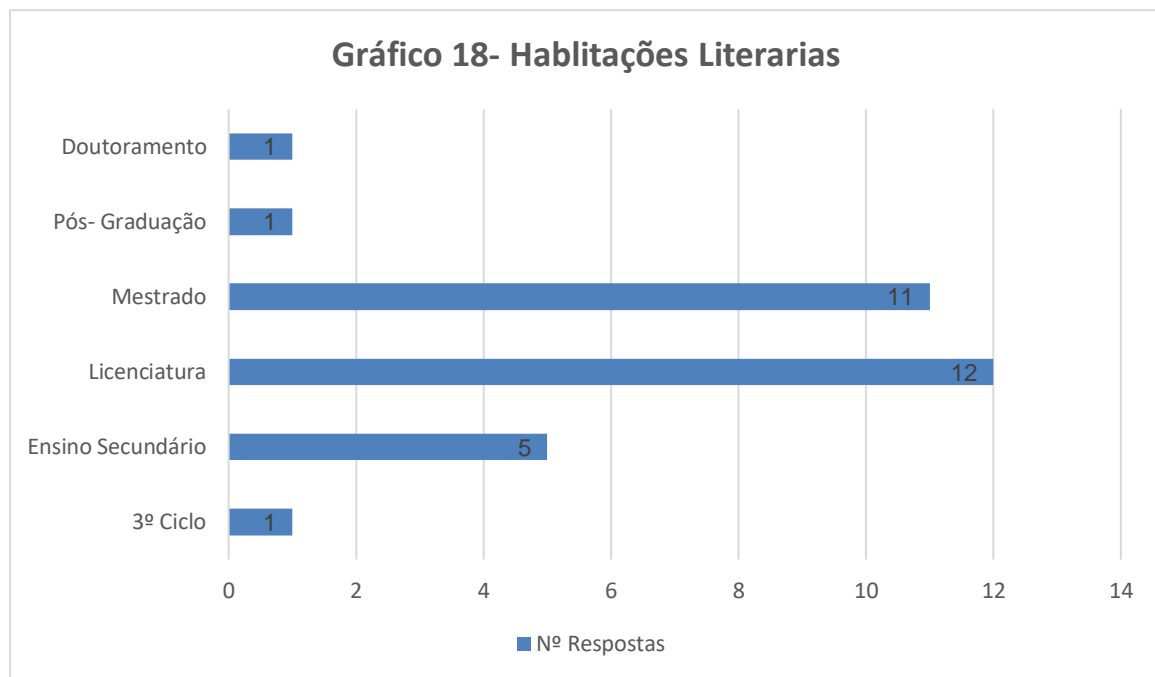
Fonte: Recolha própria da autora.

Quanto à idade dos inquiridos 11 encontram-se na faixa etária dos 35-44 e dos 25-34 11 também, 6 sujeitos têm entre 45 e 54 anos, 1 pessoa tem entre 18 e 24 anos, na faixa etária 55-64 existe uma pessoa e com 65 anos ou mais houve uma pessoa a responder ao questionário.



Fonte: Recolha própria da autora.

Ao analisar o gráfico 17, conclui-se que 65% (20) dos participantes são do sexo feminino e 32% (10) do sexo masculino e uma (3%) preferiu não responder.



Fonte: Recolha própria da autora.

A maioria dos inquiridos que responderam ao questionário têm Licenciatura (12) logo de seguida 11 pessoas têm mestrado, com o ensino secundário responderam 5 pessoas, Pós-Graduação 1, Doutoramento 1 e com o 3º Ciclo também 1 pessoa.

5.3 Conclusões da análise de dados

Neste ponto é importante resumir as principais conclusões, da análise dos dados relativa às respostas ao questionário aplicado.

Na primeira secção, destaca-se o facto de a maioria dos participantes que respondeu ao questionário saber o que são moedas sociais, o que se pode dever ao facto de já terem pelo menos ouvido falar da moeda social da Associação CLIPrd, apenas 2 inquiridos não sabiam o que são este tipo de moedas, pelo que se volta a reforçar que não responderam às restantes perguntas do questionário.

Na secção sobre a moeda social no geral destaca-se a que os participantes consideram a utilização deste tipo de moeda importante, na sociedade em geral, embora com algumas variações no grau de importância, além disso surpreendentemente apenas 6 sujeitos nunca tiveram em contacto com moedas sociais, sendo que a maioria tem um contacto ocasional. Nota-se uma consistência maior nas respostas quando o foco da importância da utilização das moedas passou de ser na sociedade em geral para comunidades carentes, onde variaram a resposta entre importante e muito importante representando esta última opção a maioria das respostas, quando se coloca a mesma questão mas com o foco na utilização em tempos de crise os resultados foram bastante similares à questão virada para as comunidades carentes, com um ligeiro aumento nas respostas que assinalaram o grau de importância mais elevado.

Além disso naquilo que são considerados os benefícios da moeda social, sobressalta que os pontos que mereceram mais atenção foram os que tem a ver com as ligações sociais e visam o combate às desigualdades.

Pese embora, a maioria dos inquiridos reconheça a importância deste tipo de moedas e consiga assinalar um conjunto de benefícios inerentes à utilização das moedas sociais, no que toca à questão sobre se seriam capazes de viver numa localidade onde se utilizassem exclusivamente moedas sociais, as respostas já são mais divergentes e revelam incerteza, pois a maioria respondeu que talvez conseguisse fazer isso.

Acrescenta-se ainda que grande parte dos sujeitos considera que as moedas sociais são um importante complemento à economia de mercado (euro)

Passando à secção de perguntas específicas sobre a moeda social “clip”; utilizada na Associação CLIPrd, destaca-se que a grande maioria sabe da existência da mesma, apenas 4 participantes responderam que não. Contudo apesar dessa informação, 45% dos inquiridos refere que ainda não utilizou este recurso na Plataforma de Partilha de Recursos, sendo ainda uma percentagem inferior aos que responderam que já utilizaram 55%. Ainda sobre a Plataforma, a maioria dos sujeitos respondeu no grau 4 ou 5 de importância no que diz respeito à utilização da moeda “clip” na Plataforma.

Os inquiridos voltam a reforçar a importância que dão à moeda social, na medida em que 84% a vê como um recurso para outras associações. Contudo no que concerne à que à questão para classificarem a importância da utilização de moedas com a lógica de funcionamento do clip no mundo associativo, apenas 54% classificou como extremamente importante e 26% como muito importante.

Na secção que se refere à utilização das moedas sociais em contexto de pandemia, destacam-se algumas conclusões importantes. A maioria dos inquiridos respondeu que sim (48%), que considera que as moedas sociais podem ser uma solução para a crise económica e social causada pela Pandemia Covid19, contudo houve uma grande distância da percentagem de participantes que respondeu talvez 45%, o que demonstra alguma incerteza sobre esta questão.

Quanto aos impactos económicos e sociais considera mais relevantes colmatar tendo em conta a Pandemia, destacam-se os que foram assinalados mais vezes, nomeadamente os que estão relacionados com questões financeiras quer seja na capacidade de compra de bens básicos, na perda do poder de compra, e ainda de referir a importância dada às questões relacionadas com a saúde mental, que mereceram a atenção dos inquiridos.

Tendo em conta a sinalização de impactos mais relevantes a colmatar, os sujeitos que responderam ao questionário tiveram de relacionar o que tinham respondido com a possibilidade destas questões serem colmatadas através da utilização de moedas sociais, a maioria localizou a sua resposta entre 4 (muito) e 5 (imenso) numa escala de 0 a 5. Além disso a maioria considera que a utilização deste tipo de moeda é tão importante como o euro ou outra moeda com valor de mercado, sendo que ainda houve uma percentagem de 12% a considerar mais importante.

Quanto aos dados de identificação salienta-se que a maioria dos inquiridos se encontra entre os 25 e os 44 anos, com habilitações literárias que correspondem maioritariamente à licenciatura ou mestrado e que o questionário foi respondido por mais mulheres que homens.

No geral os inquiridos revelam confiança neste tipo de moeda alternativa, vendo-a como uma possível solução em diferentes contextos, valorizam a utilização desta mesma moeda no contexto específico da associação e reforçam a sua importância de utilização em tempos de pandemia.

É interessante verificar que a existência de iniciativas da economia social e solidária em Portugal, mais concretamente relacionadas com a moeda social, têm sido cada vez mais recorrentes como foi possível verificar no capítulo 3 e que de certo modo isto leva a que haja uma maior consciência para a importância da utilização deste tipo de moeda, principalmente em tempos de crise como evidenciam as respostas aos questionários.

Conclusões

Nesta fase importa refletir sobre as conclusões do trabalho apresentado, sendo que tal será feito por capítulos finalizando com uma perspetiva geral.

Sobre o capítulo da introdução reflete aquilo que são os objetivos, a questão de partida e a metodologia aplicada e ainda a relevância e justificação do tema da dissertação.

Relativamente ao capítulo sobre a economia social, o mesmo aborda a história do conceito, que apesar de oficialmente não ser muito antigo verifica-se que em relativamente pouco tempo, a economia social cresceu no mundo e que cada vez mais surgem iniciativas desta que é uma economia que pretende ser alternativa, mas também complementar daquilo que é a economia clássica focada no mercado e na obtenção de lucro.

Sobre o conceito em si, como é comum acaba por ter várias definições, consoante os autores que pendem mais a reforçar certos aspetos característicos deste tipo de economia, mas a base fundamental e indiscutível é que esta economia é focada no social e não na obtenção de lucro. Apesar de nesta dissertação não se ter dado muito enfoque na economia solidária, fez-se uma referência à mesma por ser também impulsionadora daquilo que são as moedas sociais.

Quanto ao capítulo das moedas sociais permite que o leitor tenha um conhecimento do que são e um pouco da história das mesmas, mas fundamentalmente é possível ver que existem inúmeros exemplos desta moeda não só na vertente internacional, como nacional sendo que esta última foi a que mereceu mais enfoque.

A partir do capítulo 4 é possível conhecer o que é a Associação CLIPrd, um exemplo de uma associação que utiliza uma moeda social como recurso, a partir de um exemplo concreto é possível perceber de perto como funciona uma moeda social neste contexto.

No seguinte capítulo procedeu-se à análise dos dados do inquérito realizado aos associados da Associação CLIPrd sobre a moeda social enquanto alternativa em diferentes contextos, com conclusões bastante positivas na medida em que a maioria dos inquirido valoriza a existência da moeda social, e considera que a mesma pode ser um importante complemento para combater a crise económica e social que se vive e continuará a viver devido à Pandemia Covid 19. Estes resultados vêm a reforçar a importância da valorização deste tipo de economia que é descrito ao longo dos capítulos da dissertação. Além disso importa referir que o estudo de caso permitiu concluir que a Associação CLIPrd enquanto organização da economia social cumpre com o seu propósito nesta vertente da promoção deste tipo de economia, como é o exemplo a criação e aplicação da moeda social clip, verificando-se os seus associados estão familiarizados com o próprio conceito de moeda social.

Quanto à própria percepção dos inquiridos sobre aquilo que é a moeda social considera-se que vai de encontro aquilo que está definido pelos autores citados no capítulo 3 da presente dissertação.

Apesar do número de inquiridos ser reduzido, salienta-se o facto de serem participantes ligados de alguma forma ao mundo associativo e este pequeno estudo pode eventualmente ser um bom ponto de partida para que se reflita sobre implementação de práticas alternativas ou complementares à economia de mercado, como é o caso das moedas sociais, como uma solução para reduzir os impactos sociais e económicos da Pandemia, mesmo que se comece pelas próprias associações que são uma chave fundamental na intervenção comunitária.

Considera-se que o objetivo da dissertação, mencionado na introdução do trabalho, foi cumprido apesar ser sempre possível fazer mais e melhor, o essencial foi conseguido seguindo o foco na questão inicial “As moedas sociais podem ser uma alternativa válida que complementa a economia de mercado?” foi possível demonstrar que isto é uma possibilidade. Deixando desta forma, um caminho aberto a mais investigações sobre esta temática, que relacionem de alguma forma a utilização de moedas sociais em tempos de crise, mas principalmente no contexto de pandemia seria fundamental que outros trabalhos de investigação fossem realizados nesta área abordando outras metodologias de investigação e até apresentando projetos concretos da utilização das moedas sociais.

Importa por último refletir sobre aquele que pode ser o papel do estado na promoção da utilização deste tipo de moeda. Apesar de ao longo da dissertação esta moeda ser referida como alternativa, a aluna após o estudo sobre a temática e o estudo de caso, considera que esta moeda também pode ser vista como um complemento à economia de mercado.

Dando um exemplo do que pode ser uma ideia a implementar com este foco, primeiro seria importante a definição das entidades do 3º setor, por estarem mais próximas da população, a serem apoiadas pelo estado. Estas entidades poderiam ser promotoras de uma espécie de projeto piloto, em que seriam a ponte entre o estado e a população e desenvolveriam dinâmicas de criação e utilização de moedas sociais locais, aumentando assim o poder de troca entre as pessoas, e colmatando as carências económicas das mesmas. Contudo é fundamental reforçar que projetos como estes teriam de ser sustentados através de financiamentos do estado para que não representassem um encargo extra e insuportável de sustentar para as organizações.

A moeda social em Portugal ainda tem muitas caras e coras para dar, mas já existe história feita e exemplos de sucesso em vigor, que estão a aumentar ao longo dos anos, isto pode ser o futuro, um futuro em que a economia de mercado e a economia social e solidária se complementam mais e em que o bem estar social tem mais ou pelo menos igual importância que a globalização e capitalismo insaciáveis. Pois se há algo que as crises económicas e sociais insistem em demonstrar são as lacunas de uma sociedade que tende a estar cada vez mais em colapso.

O que se pretende em última instância deixar com este trabalho é uma mensagem de positivismo e coragem para os tempos que se adivinham e tentar demonstrar que pelo caminho social e da solidariedade será possível vencer os obstáculos que se adivinham.

Referências Bibliográficas

Aguilar, E. E. (2019). ¿ El mundo sería mejor sin dinero? Apuntes desde la historia, la antropología y la economía política en torno a los mercados y las monedas alternativas. *Áreas. Revista Internacional de Ciencias Sociales*, (39), 53-60.

Alcañiz, G. (2019). Las monedas sociales en la Economía Social y Solidaria: más allá de la reciprocidad, entendiendo las prácticas concretas a la luz del caso de “La Bellota”. *Revista De Antropología Social*, 28(2), 275-295.

Amaro, R. R. (2009). O papel dos Actores e das Comunidades Locais nos processos de Desenvolvimento e na promoção de uma Economia Solidária em São Tomé e Príncipe. *Desenvolvimento comunitário: das teorias às práticas turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, 28-43.

Ávila R., Campos J. (2007) La economía social en la unión europea. El Comité Económico y Social Europeu (CIESE)

Blanc, J. (1998). Las monedas paralelas: evaluación y teorías del fenómeno.

Caeiro, J. (2008). Economía social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálýsis*, 11 (1), 61-72.

Cançado, A. C., & Gontijo, M. C. H. (2005). Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. *Encontro de Investidores Latino-Americano de Cooperativismo*, 3.

Catalunya, U. (-). *La moneda social, una herramienta contra las crisis financieras*. Uoc.edu. Retrado a 2 novembro 2020, de <https://www.uoc.edu/portal/es/news/actualitat/2019/182-moneda-social.html>.

Cattani, A. D., Laville, J. L., Inácio Gaiger, L., & Hespanha, P. (2009). *Dicionário internacional da outra economia*.

Chama-se Leiria Coin. Esta é a “moeda” que garante alimentos às famílias durante a pandemia. TSF Rádio Notícias. (2020). Retirado a 10 outubro 2020, de

<https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/chama-se-leiria-coin-esta-e-a-moeda-que-garante-alimentos-as-familias-durante-a-pandemia-12164383.html>.

Cruz Filho, P. R. A. (2012). As formas de comercialização na economia social e solidária e os princípios de comportamento econômico de Polanyi. *Otra Economía*, 6(10), 79-97.

Do lixo ao santo antónio. O que valem as moedas locais. DN. (2016). Retirado a 18 outubro 2020 de <https://www.dn.pt/sociedade/do-lixo-ao-santo-antonio---o-que-valem-as-moedas-locais-5546670.html>

Estiville, J. (2017), “Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra – I Parte”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 19 – 45

Evers, A., & Laville, J. L. (2004). Defining the third sector in Europe. *The third sector in Europe*, 11.

Fernandes, J. M., Graça, E., Sá, J., Santos, F., Azevedo, C., Almeida, F., & Silva, L. (2016). A Economia Social em Portugal-Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento. *Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu*.

Garcia, A. 2012. *Notafilia: moedas comunitárias de Portugal*.

Gide, C. (1905). *Économie sociale. Paris, Larose*.

Gide, C. (1912) *Les Institutions de Progre`s Social*. Paris: Librairie de la Socie´te´ du Recueil Sirey. Moulart, F., & Ailenei, O. (2005). Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. *Urban studies*, 42(11), 2037-2053.

Gomes, M. (2012). *Os Sistemas de Trocas Locais na Promoção da Economia Solidária e do Desenvolvimento Local: O Exemplo da Granja do Ulmeiro*. Tese de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

González, C. E. B. (2017). Cooperación, políticas ciudadanas y públicas (bancos de tiempo y moneda social). *Estudios Políticos*, 41, 55-79.

Hespanha, P., dos Santos, L. L. (2016, Junho). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *Revista de Economia Solidária*, 9, 22-63.

Hespanha, P., Ferreira, S., Pacheco, V. (2013). O Estado Social, crise e reformas. In: *Relatório*

Hirota, Y. (2019) 'Ventajas e inconvenientes del uso de las monedas sociales y complementarias (MSCs): ¿Qué tipo de valores se ofrecen?' *International Journal of Community Currency Research* 23 (Winter) 48-62 <www.ijccr.net> ISSN 1325-9547.

La Moneda Local. Ajuntament de Santa Coloma de Gramenet. (-). Retirado a 2 novembro 2020, de <https://www.gramenet.cat/es/sites/moneda-local/la-moneda-local/>.

Montez, M. (2010, dezembro). Trocas por cá – Mercados Solidários pela voz de um prosumidor. *Revista de Economia Solidária*, 2, 115-132.

Monzón, J. L., Calvo, R., Chaves, R., Fajardo, I. G., & Valdes, F. (2009). Informe para la elaboración de una Ley de Fomento de la Economía Social. *Ministerio de Trabajo e Inmigración, Madrid*.

Namorado, R. (2017). O que é a Economia Social? *Economia Social em Textos*, CECES

Orzi, R.(2011). *Moneda social y mercados solidarios. La moneda social como lazo social*. Ciccus.

Paiva F.(2001), Teses e dissertações académicas sobre o terceiro sector. *Revista de Estudos Cooperativos* nº 2, pp. 105-178, Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

Polanyi, K. (1957). La economía como actividad institucionalizada. *Revista de economía crítica*, 20(2), 192-207.

Polany, K. (1983). *La Grande Transformation. Aux origines économiques et politiques de notre temps*. Paris, Gallimard, 467 p.

Quijano , A. 2004. Sistemas alternativos de produção? *In*: B. de S. SANTOS (org.), *Produzir para Viver*. Porto, Afrontamento, p. 407-438.

Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*.

Santos, L. L., Silva, B.C. (2014). Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social. *Outra Economia*, 8 (5), 210-219.

Topalov, C. (1999) Les 'réformateurs' et leurs réseaux: enjeux d'un objet de recherche, in: C. Topalov (Ed.) *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880–1914*, pp. 11–58. Paris: Editions de l'École.

Anexo A

Moeda Social, Uma Alternativa

Olá, o meu nome é Catarina Rodrigues, trabalho na Associação CLIP- Recursos e Desenvolvimento e também sou aluna do mestrado em Economia Social e Solidária do ISCTE-IUL. Estou a fazer a minha dissertação sobre a Moeda Social como uma alternativa, que combate as desigualdades sociais e pode ter ainda mais importância perante a crise económica e social causada pela Pandemia que vivemos na atualidade.

Vou falar do exemplo da Associação CLIPrd, com o clip, a moeda social utilizada na Plataforma de Partilha de Recursos, e preciso da sua ajuda, enquanto associado, que à partida tem alguma noção do que são moedas sociais, para aferir:

- Se tem noção do que são moedas sociais
- Se já utilizou a moeda social clip
- De que forma considera importante esta alternativa
- A importância da utilização destas moedas no combate à crise económica.

Os dados recolhidos serão utilizados apenas para o fim do estudo.

É mesmo importante que participe, mesmo que não tenha conhecimento sobre a temática, obrigada pela sua ajuda!

***Obrigatório**

1. É associado: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Coletivo

☐ Individual

2. Sabe o que são moedas sociais? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Avançar para a secção 6 (Obrigada pela participação!)

Moeda Social

3. Numa escala de 0 a 5 como classifica a importância da utilização de moedas sociais na sociedade em geral? * *Marcar apenas uma oval.*

| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Nada importante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Extremamente importante |

4. Tem contato com moedas sociais: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca
- ☐ Ocasionalmente
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

5. Numa escala de 0 a 5 como classifica a importância da utilização de moedas sociais em comunidades carentiadas? * *Marcar apenas uma oval.*

| | 1. | 2 | 3 | 4 | 5 | |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Nada Importante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Extremamente importante |

6. Numa escala de 0 a 5 como classifica a importância da utilização de moedas sociais em tempos de crise: * *Marcar apenas uma oval.*

| | 1. | 2 | 3 | 4 | 5 | |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Nada importante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Extremamente importante |

7. Quais os benefícios que estas moedas podem trazer: *

Escolha até quatro opções.

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Redução das desigualdades sociais
- ☐ Maior poder de aquisição de bens
- ☐ Fomentação do espírito de união entre as pessoas
- ☐ Reconhecimento da localidade como utilizadora deste tipo de moedas
- ☐ Proteção dos valores da comunidade
- ☐ Promoção do bem-estar social
- ☐ Transformação do sistema económico local
- ☐ Valorização das dinâmicas locais Outra:
- ☐ _____

8. Consideraria viver numa localidade onde se utilizassem exclusivamente moedas sociais?

*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Talvez
- ☐ Não

9. Considera que as moedas sociais são um importante complemento à economia de mercado (euro)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Talvez
- ☐ Não

Moeda Social: "clip"

10. Sabia que a Associação CLIPrd tem uma moeda social? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

11. Já utilizou o "clip" (moeda) na Plataforma de Partilha de Recursos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

12. Considera que mais associações deviam utilizar moedas sociais para valorizar as suas trocas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Talvez
☐ Não

13. Numa escala de 0 a 5, classifique a importância da moeda "clip" na utilização da Plataforma de Partilha de Recursos: * *Marcar apenas uma oval.*

| | | | | | | | |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| | 1. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
| Nada Importante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Extremamente importante |

14. Numa escala de 0 a 5, classifique a importância da utilização de moedas como o "clip" no mundo associativo: * *Marcar apenas uma oval.*

| | | | | | | | |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| | 1. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
| Nada importante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Extremamente importante |

Moedas Sociais e a Pandemia

15. Considera que as moedas sociais podem ser uma solução para a crise económica e social causada pela Pandemia Covid19? * *Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Talvez
- ☐ Não

16. Que impactos económicos e sociais considera mais relevantes colmatar tendo em conta a Pandemia: *

Escolha até quatro opções.

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Falta de capacidade de aquisição de bens básicos
- ☐ Diminuição do poder de compra
- ☐ Quebra nas relações de inter-ajuda
- ☐ Desfasamento do sentimento comunitário
- ☐ Agravamento da situação financeira
- ☐ Aumento das problemáticas relacionadas com a saúde mental
- ☐ Aumento das problemáticas relacionadas com a saúde no geral
- ☐ Enfraquecimento do SNS
- ☐ Incapacidade de acompanhamento escolar
- ☐ Aumento do abandono escolar
- ☐ Aumento das problemáticas no seio familiar

17. Numa escala de 0 a 5, em que medida considera que as moedas sociais podem contribuir para combater as problemáticas referidas na questão anterior? *

Marcar apenas uma oval.

| | | | | | | | |
|------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
| Nada | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Muito |

18. Relativamente à economia de mercado (euros) considera que as moedas sociais, neste contexto, são: * *Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Mais importantes
- ☐ Igualmente importantes
- ☐ Menos importantes

Outros Dados

19. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 18 até 24
- ☐ 25 até 34
- ☐ 35 até 44
- ☐ 45 até 54
- ☐ 55 até 64
- ☐ 65 ou mais
- ☐ Prefiro não dizer

20. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro
- ☐ Prefiro não dizer

21. Habilitações literárias: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1º ciclo
 - ☐ 2º ciclo
 - ☐ 3º ciclo
 - ☐ Ensino Secundário
 - ☐ Licenciatura
 - ☐ Mestrado
 - ☐ Doutoramento
 - ☐ Outra:
-

Até breve!

Obrigada pela participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários